

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO:
CULTURA E PARTICIPAÇÃO NO CASO DA CREDELESC.**

EDUARDO WOLF GARCIA

Florianópolis (SC), fevereiro de 2013.

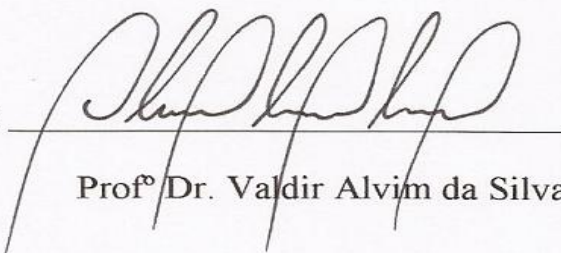
EDUARDO WOLF GARCIA

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO:

CULTURA E PARTICIPAÇÃO NO CASO DA CREDELESC.

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador:

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and flourishes, is written over a horizontal line.

Prof^o Dr. Valdir Alvim da Silva

Florianópolis (SC), fevereiro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (oito) ao aluno EDUARDO WOLF GARCIA na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva
Orientador – CNM-RI/CSE/UFSC

Prof. Dr. Ary Cesar Minella
Membro 1 –CSO/CFH/UFSC

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira
Membro 2 – CNM-RI/CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2013

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para a elaboração desta monografia com palavras animadoras e de confiança, manifestações de amizade e paciência, principalmente durante meus inúmeros momentos de doença, de desconcentração, de desorientação e até de mau humor. Agradeço profundamente a todas as pessoas que se envolveram no desenvolvimento desta investigação e me ajudaram de alguma forma. Agradeço a sociedade brasileira e catarinense pela oportunidade de cursar uma Universidade pública de qualidade e por toda a experiência proporcionada pelo ambiente acadêmico. A meu orientador Valdir Alvim da Silva, agradeço pelas leituras críticas das versões de todos os capítulos desta monografia, prevenindo erros e indicando o caminho certo. Também, lhe agradeço pela amizade, pela confiança, pela paciência e por acreditar que eu conseguiria realizar a tarefa com êxito. Foi sua amizade e seus conhecimentos, tanto em sindicalismo, quanto em cooperativismo que me motivaram a levar adiante a construção da problemática de pesquisa desta investigação. Por fim, agradeço a minha família, a meu filho Matheus, mas principalmente a Sandra, minha companheira, por toda sua contribuição, pelo apoio e principalmente pela paciência demonstrada ao longo deste trabalho, mesmo em meus piores momentos.

RESUMO

GARCIA, Eduardo Wolf. **Cooperativa de crédito mútuo: cultura e participação no caso da Credelesc**. Florianópolis, 2012. 97f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Esta investigação tem por finalidade analisar o desenvolvimento econômico e social da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados das Centrais Elétricas de Santa Catarina - Credelesc - cooperativa singular filiada à Cooperativa Central de Crédito Urbano - Cecred. Para tanto, aborda-se a história e os conceitos acerca do crédito cooperativo e do sindicalismo, para demonstrar como e por que os dois movimentos serviram como instrumentos de mobilização dos trabalhadores. Em seguida, faz-se uma diferenciação quanto ao sistema cooperativo e o bancário tradicional, ressaltando tanto a legislação vigente, como as características estruturais que distinguem a filosofia e o propósito de cada instituição. Na sequência faz-se uma breve apresentação do Sistema Cecred, a fim de demonstrar as situações para a análise da Credelesc, apresentando não apenas seus resultados econômicos e sociais, mas também uma comparação da última com outras duas cooperativas coirmãs, pertencentes ao mesmo Sistema e assemelhadas à Credelesc. Por fim, apontam-se alternativas procurando superar as resistências à associação à Cooperativa no intuito, tanto no sentido de acelerar a expansão econômica desta, como de fomentar o desenvolvimento social dos cooperados e, consecutivamente, da comunidade na qual estes se inserem.

Palavras-chave: Cooperativismo de crédito; Sindicalismo; Bancos comerciais; Resultados socioeconômicos; Alternativas; Desenvolvimento.

ABSTRACT

GARCIA, Eduardo Wolf. **Cooperativa de crédito mútuo: cultura e participação no caso da Credelesc**. Florianópolis, 2012. 97f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

This investigation has for purpose to analyze the economical and social development of the Cooperative of Mutual Credit of the Employees of the Electric Headquarters of Santa Catarina - Credelesc - singular cooperative adopted to the Cooperative Headquarters of Urban Credit - Cecred. For so much, it is approached the history and the concepts concerning the cooperative credit and of the syndicalism, to demonstrate as and why the two movements served as instruments of the workers' mobilization. Soon after, it is made a differentiation with relationship to the cooperative system and the traditional bank clerk, pointing out the effective legislation so much, as the structural characteristics that distinguish the philosophy and the purpose of each institution. In the sequence it is made an abbreviation presentation of the Sistema Cecred, in order to demonstrate the situations for the analysis of Credelesc, not just presenting your economical and social results, but also a comparison of the last with other two cooperatives co-sisters, belonging to the same System and assimilated Credelesc. Finally, alternatives are pointed trying to overcome the resistances to the association to the Cooperative in the intention, so much in the sense of accelerating the economical expansion of this, as of fomenting the social development of those cooperated and, consecutively, of the community in the which these they interfere.

Keywords: Cooperative credit; Syndicalism; Commercial banks; Socioeconomic results; Alternatives; Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação social da Credelesc 2009-2011.....	79
Tabela 2 - Evolução dos associados da Credcrea, Crediflesc e Credelesc 2008-2011	81
Tabela 3 - Composição da Creacred, Crediflesc e Credelesc 2011.....	82
Tabela 4 - Participação social da Credcrea, Crediflesc e Credelesc 2009–2011	83
Tabela 5 - Participação social absoluta, relativa e média da Credcrea, Crediflesc e Credelesc 2009-2011	83
Tabela 6 - Comparação das taxas de juros cobradas: bancos X cooperativas 2009-2011.	84
Tabela 7 - Diferença das taxas de juros cobradas: cooperativas X bancos 2009-2011	85
Tabela 8 - Comparação das tarifas cobradas: cooperativas x bancos 2009-2011	85
Tabela 9 - Evolução do Patrimônio Líquido, das Operações de Crédito e dos Ativos Totais entre as Cooperativas 2008-2011	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de cooperados do Sistema Cecred 2008-2012.....	74
Gráfico 2 - Sistema Cecred: evolução do Patrimônio Líquido, das Operações de Crédito e dos Ativos Totais 2008-2012.....	74
Gráfico 3 - Evolução do número de cooperados da Credelesc 2007-2011.....	78
Gráfico 4 - Evolução dos diversos indicadores da Credelesc 2008-2011	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Composição do Sistema Cecred	68
Quadro 2. Atribuições da Central Cecred.....	69
Quadro 3. Cooperativas singulares na composição do Sistema Cecred	72
Quadro 4. Composição da Credelesc	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCelesc – Associação Beneficente dos Empregados da Celesc
 ACI – Aliança Cooperativa Internacional
 AI-5 – Ato Institucional Nº 5
 ANL – Aliança Nacional Libertadora
 ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária.
 APC – Associação de Profissionais da Celesc
 APCelesc – Associação dos Aposentados e Pensionistas da Celesc
 ARENA - Aliança Renovadora Nacional
 BACEN – Banco Central do Brasil
 BCC – Banco de Crédito Cooperativo
 BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
 CCT – Confederação Católica do Trabalho
 CECRED – Cooperativa Central de Crédito Urbano
 CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
 Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
 CELOS – Fundação Celesc de Seguridade Social
 CF – Constituição Federal
 CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
 CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
 CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
 COB – Confederação Operária Brasileira
 COCECRER – Cooperativa Central de Crédito no Rio Grande do Sul
 CONFEBRÁS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
 CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina
 CREDCREA – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais do CREA do Estado de Santa Catarina
 CREDELESC – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Centrais Elétricas de Santa Catarina
 CREDIFIESC – Cooperativa de Crédito dos Empregados do sistema FIESC
 CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DL – Decreto Lei
 DRT – Delegacia Regional do Trabalho
 FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
 FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
 FECOERUSC – Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina
 FHC – Fernando Henrique Cardoso
 FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
 FMI – Fundo Monetário Internacional
 ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
 INTERCEL – Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina

JK – Juscelino Kubitschek
LSN – Lei de Segurança Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OCB – Organizações das Cooperativas Brasileiras
OCESC – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PAC – Posto de Atendimento Cooperativo
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PC – Partido Comunista Brasileiro
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROGRID – Programa de Integração e Desenvolvimento de Cooperados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RS – Rio Grande do Sul
SAESC – Sindicato dos Administradores de Santa Catarina
SC – Santa Catarina
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo
SINDINORTE – Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina
SINERGIA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis
SINTEVI – Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí
SINTRESC – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina
STIEEL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Lages
UNICRED – Sistema de Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo

SUMÁRIO

CAPITULO I – COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E SINDICALISMO: SUAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS.....	13
1. O problema da investigação	13
1.1. Tema e Problema	17
1.2. Objetivos.....	20
1.2.1. Objetivo Geral	20
1.2.2. Objetivos Específicos	20
1.3. Metodologia	21
CAPITULO II – ORIGENS DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO E ASSOCIAÇÕES AUTÔNOMAS – COOPERATIVISMO E SINDICALISMO.....	23
2.1. Princípios e aspectos conceituais do cooperativismo e do sindicalismo	23
2.2. Autogoverno: do embrião ao nascimento dos sindicatos e das cooperativas	26
2.3. A origem moderna do cooperativismo de crédito.....	32
CAPITULO III - OS MOVIMENTOS COOPERATIVISTA DE CRÉDITO E SINDICAL NO BRASIL.....	34
3.1. Da origem dos Movimentos à crise de 1929	34
3.2. Da crise de 1929 às reformas financeiras do regime militar	41
3.3. Ajustes do regime militar na economia brasileira ao início do neoliberalismo	49
3.4. Do neoliberalismo ao cooperativismo de crédito solidário	58
CAPITULO IV - SOCIEDADES COOPERATIVAS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	64
4.1. Cooperativas de crédito como instituições financeiras	64
4.2. As distinções entre cooperativas de crédito e bancos comerciais	65
4.3. O Cooperativismo de crédito em Santa Catarina: Sistema CECRED.....	68
CAPITULO V - A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDELESC.....	76
5.1. A Credelesc: Cooperativa de crédito mútuo de empregados da Celesc	76
5.2. A Credelesc e suas coirmãs concorrentes	81
CAPITULO VI – AS ALTERNATIVAS PARA A CREDELESC.....	88
6.1. Acelerando o crescimento econômico e social	88
6.2. Intensificar e fortalecer a participação social na Credelesc	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	95

CAPITULO I – COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E SINDICALISMO: SUAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

1. O PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

Na humanidade, as formas de cooperação e solidária associação são inúmeras e muito antigas, com exemplos relatados nas antigas civilizações, ou até mesmo oriundos da pré-história.

Porém, o cooperativismo que é conhecido hoje tem origem mais recente, do período da Revolução Industrial, onde em conjunto com o sindicalismo, foram alternativas encontradas pelos trabalhadores para suplantarem as dificuldades advindas do nascimento do sistema de produção e reprodução capitalista.

Para alguns autores desse período, denominados Socialistas Utópicos, a aplicação do cooperativismo seria, grosso modo, a forma pela qual se solucionariam todas as mazelas sociais. Tal sistema estaria embasado sobre uma filosofia moral e coletiva que se expressaria através de princípios e valores como o da responsabilidade, da democracia, da ajuda mútua, da igualdade, da equidade e da solidariedade, possibilitando assim, um bem-estar social a ser compartilhado entre os membros da sociedade.

Para outros autores, como Karl Marx (1988) na sua crítica da economia política, a cooperação é uma forma de trabalho planejado e coletivo e refere-se ao mesmo processo de produção ou a processos diferenciados, mas conexos, sendo o que revoluciona as condições objetivas do processo de trabalho, criando uma força produtiva para além do somatório do conjunto das forças individuais. E essa nova força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação, deixa de ser o somatório do conjunto das forças dos trabalhadores individuais para ser a própria força produtiva do capital, ou seja, para Marx a cooperação permanece na sua forma básica, mas aparece como uma forma específica do processo de produção do capital (MARX, 1988).

Para tanto, na visão marxista, o processo de produção do capital na forma da cooperação é observado por Giovanni Alves na perspectiva de que a luta que a classe operária deveria, *a priori*, protagonizar na sociedade capitalista, deveria ser a revolução social. É a partir desta que estaria colocada a possibilidade real de se almejar uma sociedade sem explorados nem

exploradores. Neste contexto, “a luta sindical teria, para Marx, a capacidade de dar uma ‘*lição moral*’ aos operários, ensiná-los a agir coletivamente, de forma organizada, conscientes de seu poder enquanto classe que produz a riqueza social” (ALVES, 2003, p.231).

Ou seja, oriundos da mesma vertente, tanto o cooperativismo como o sindicalismo foram formas encontradas pelos homens para, através da união, da solidariedade e do companheirismo, sobrepor as mazelas produzidas pelo sistema capitalista.

Hoje, no início do século XXI, muitas das cooperativas de crédito do Brasil se comportam praticamente como “instituições bancárias”, mesmo que institucionalmente sejam formadas por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria e não tenham fins lucrativos, além de levarem “estampadas em suas portas” os princípios e as linhas orientadoras do cooperativismo.

E na maioria dos sindicatos em solo brasileiro verifica-se que, ao separarem a luta econômica da luta política mais geral, estes deixaram de cumprir um papel que, apesar de limitado, era e é imprescindível para a luta coletiva de fortalecimento da classe trabalhadora e para busca de um mundo mais solidário, mais fraterno, mais humano.

Para esta investigação, a relevância da problemática consiste em demonstrar as características históricas da formação mais geral, tanto do cooperativismo de crédito, quanto do sindicalismo, e suas influências nas cooperativas catarinenses – tradicionais – de crédito. O foco se dá em especial no Sistema da Central Cecred, e dentro deste, na Credelesc, verificando sua criação e evolução, destacando as características institucionais, políticas, econômicas e normativas, mostrando sua estratégia de desenvolvimento vinculada ao sindicalismo existente no âmbito da Celesc Distribuição S.A., empresa do Estado de Santa Catarina (SC).

Os anos oitenta do século passado se iniciaram, no Brasil, com os trabalhadores sentindo na pele os efeitos de uma precariedade crescente na economia nacional. Esta precariedade, de acordo com Pinheiro (2008), também se refletia gravemente no movimento cooperativista de crédito do país, através de restrições e impeditivos operacionais decretados no decorrer dos longos anos de controle militar ditatorial.

Nesse período, diante de tamanha dificuldade, as cooperativas de crédito mútuo do tipo Desjardins¹ transformaram-se em única forma de expressão para o avanço do movimento cooperativista de crédito no país. Esse fato foi à expressão decorrente das características estruturais, ou seja, por estas atenderem as necessidades mais básicas dos trabalhadores brasileiros, contribuindo, com isto, para a elevação do salário real e, em consequência, para a diminuição das tensões sociais oriundas das fases inflacionárias mais críticas. Deste modo, tais cooperativas eram vistas com “melhores olhos” pelo governo ditatorial militar, em comparação com as do tipo Raiffeisen² ou do tipo Luzzatti³ (PINHEIRO, 2008).

Este quadro só foi se alterar com o movimento das “Diretas Já” e o fim da Ditadura Militar na primeira metade da década de oitenta. Neste período os novos ares na política brasileira, visíveis nas ruas pelas amplas e massivas mobilizações dos trabalhadores que, não só retomavam o controle dos sindicatos impregnados pela herança getulista do sindicato assistencialista, mas colocavam em curso um movimento de reorganização estrutural que deu origem, tanto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), como ao Partido dos Trabalhadores (PT). Tal movimento contribuiu amplamente para a redemocratização do país, através de mudanças socioeconômicas profundas, traduzidas posteriormente na Constituição de 1988 (SAMPAIO, 2001).

Para o movimento cooperativista de crédito estas mudanças começaram a ser percebidas em 1986. O novo enfoque do Plano Cruzado na economia promoveu um vigoroso impulso ao movimento em nível nacional: as cooperativas de crédito, que em 1986 não ultrapassavam 200 instituições, no final de 1995 somavam 814, com aproximadamente 546.000 associados.

¹ Refere-se às cooperativas de crédito mútuo criadas por Alphonse Desjardins. Este tipo de cooperativa tinha como principal característica a existência de um ponto comum entre os sócios, reunindo **grupos homogêneos**, tais como membros de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica ou funcionários públicos. (PINHEIRO, 2008)

² As do tipo Raiffeisen sofriam com a resistência dos militares porque as características centrais apresentavam responsabilidade ilimitada e solidária dos cooperados, a singularidade de voto dos sócios independentemente do número de quotas-partes, uma área de atuação restrita, desobrigação de capital social e a não distribuição de excedentes, dividendos ou sobras. Outro ponto fundamental é que priorizavam, através da educação, o senso de responsabilidades e a formação moral dos cooperados vislumbrando, com isso, que estes se portassem de maneira solidária e ilimitada perante a condução das mesmas. (PINHEIRO, 2008)

³ Na cooperativa de tipo Luzzatti, a resistência dos militares se dava pelas características mais marcantes deste sistema cooperativo: adotavam o princípio do auxílio próprio, porém não suprimiam ajuda do Estado, sendo esta considerada supletiva; valorizavam as qualidades morais e a fiscalização recíproca entre os associados; concediam empréstimos mediante palavra de honra, ou seja, promoviam um comportamento moral de confiança; não remuneravam seus administradores; e se denominavam “Bancos”. (PINHEIRO, 2008)

No final do século XX, mesmo com a desregulamentação e a recessão econômica promovidas pelo Plano Real, os números do portal do cooperativismo de crédito (PORTAL, 2012) revelam um total de 1.237 unidades espalhadas pelo Brasil, sendo 794 cooperativas de crédito mútuo, 398 cooperativas de crédito rural e 13 cooperativas de crédito tipo Luzzatti. Contavam, na época, com 2.100 postos de atendimento, os quais operavam com aproximadamente 1.000.000 de associados, detendo, aproximadamente, 1,5% do mercado nacional de intermediação financeira.

Todas as cooperativas de crédito do país, assim como a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRÁS) criada em 1986, fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e estão diretamente subordinadas ao Banco Central do Brasil (Bacen), às suas regras e a fiscalização, porém há uma diferença no trato institucional destas comparadas aos bancos comerciais, que detém maiores privilégios no SFN.

Além disso, com relação à estrutura e organização, as cooperativas de crédito se integram através das Confederações de Cooperativas de Crédito e pelos Bancos Cooperativos, seguidos das Cooperativas Centrais de Crédito e pelas Cooperativas de Crédito Singulares.

Quanto a dimensão, a estrutura do Sistema Cooperativista de Crédito no Brasil contava em dezembro de 2011 com 1.273 Cooperativas de Crédito, 38 Centrais Estaduais e 4 Confederações, tendo como esteio basicamente quatro sistemas de crédito e uma grande central independente, sejam eles:

- a) **SICOOB** – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil;
- b) **SICREDI** – Sistema de Crédito Cooperativo;
- c) **UNICRED** – Sistema de Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo;
- d) **CECRED** – Sistema da Cooperativa Central de Crédito Urbano;
- e) **ANCOSOL** – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (representando as Centrais: Cresol, Ecosol e Crenhor);

Além destes, existem dois bancos cooperativos, um múltiplo e outro comercial, compondo mais de 1,5 milhões de associados. Desse conjunto, destaca-se em SC a Cooperativa Central de Crédito Urbano ou CECRED que, em atividade desde 2002, no estado é constituída de um quadro de associados formado exclusivamente por cooperativas singulares e conta, de

acordo com os números consolidados até julho de 2012, com: 1 Cooperativa Central; 15 Cooperativas Singulares; 107 postos de atendimento; 182 terminais de autoatendimento; um volume de associados que ultrapassa a casa dos 265 mil; com mais de 1.100 trabalhadores diretos; e ativos totais superiores à R\$ 1,67 bilhão (PORTAL, 2012).

1.1. Tema e Problema

Das quinze cooperativas singulares que formam o “Sistema Cecred”, destaca-se a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Credelesc), objeto desta investigação, fundada em 30 de maio de 2006 por vinte e seis trabalhadores ativos e aposentados da Celesc Distribuição S.A..

A Credelesc opera com sete trabalhadores e no exercício consolidado de 2011 manteve um volume que ultrapassou a casa dos 1.000 associados. Seus ativos totais atingiram a marca de R\$ 7,8 milhões, R\$ 3,08 milhões em operações creditícias, patrimônio líquido de R\$ 852 mil e depósitos totais de R\$ 6,9 milhões. Com dois postos de atendimento a Credelesc contabilizou R\$ 38 mil a título de “Sobras” a seus cooperados, além de uma economia de mais de R\$ 1,19 milhão para os mesmos, em comparação as instituições bancárias comerciais (CREDELESC, 2011).

Se comparada, em números absolutos, com outras cooperativas que integram o Sistema da Central Cecred, a Credelesc se coloca não como a mais importante do grupo, mas como uma das mais intrigantes a se estudar, por ser concebida e estar vinculada a maior empresa pública de SC, a Celesc Distribuição S.A., com mais de 55 anos de história, é uma das mais, senão a mais antiga empresa que se mantém pública no Estado.

A Celesc, espaço de atuação política e institucional da Credelesc, é oriunda de uma política única de geração e distribuição de energia elétrica que ocorreu na esfera subnacional, em concomitância com as políticas adotadas na esfera federal, entre as décadas de 1950 e 1980.

Neste período foram reunidas, sob a tutela estadual, as empresas privadas de energia que atendiam o território catarinense e estas constituíram, em 1955, as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., empresa estatal pública responsável pelo abastecimento de energia elétrica aos diversos setores catarinenses (CELESC, 2012).

Hoje, depois de inúmeras modificações políticas, econômicas e sociais acontecidas no Brasil e em Santa Catarina, a Celesc Distribuição se caracteriza como uma empresa de economia mista e sob o controle acionário do Governo do Estado. Além disso, a Celesc se coloca como a segunda maior empresa pública arrecadadora de ICMS para SC, ficando atrás apenas da Petrobrás.

No ano de 2011, através dos indicadores sociais internos, a Celesc também foi responsável pela prestação de serviços a mais de 2,4 milhões de consumidores, e contou com uma força de trabalho composta por mais de 3.630 trabalhadores próprios, e de 2.120 trabalhadores terceirizados. Segundo dados dos Relatórios, Anual e de Responsabilidade Socioambiental (2011) a empresa desembolsou na ordem de R\$ 256,69 milhões, a título de remunerações e benefícios (CELESC, 2012).

Outorgada pelo Governo Federal, a área de concessão em SC abriga 87,7% dos municípios, 257 dos 293 do território, e um município no Paraná. Além disso, do total de municípios atendidos no estado, em 241 a concessão é exclusiva e em outros 21, a Empresa mantém parceria com cooperativas de eletrificação rural e outras concessionárias que atuam no estado. Trata-se de um mercado promissor, de economia bastante diversificada, responsável pelo abastecimento de 5,2% do volume de energia elétrica consumida no Brasil. Mensalmente, a Empresa comercializa mais de 1 bilhão de kWh de energia elétrica e seu faturamento bruto anual ficou na casa dos R\$ 6,2 bilhões no ano de 2011 (CELESC, 2012).

Concomitante à constituição da Celesc se formaram, principalmente nas áreas urbanas de maior concentração populacional do estado, vários sindicatos de trabalhadores eletricitários, que buscavam, no início de suas atividades, a manutenção e, se possível, a melhoria dos benefícios assistencialistas disponibilizados pelo Estado, fato comum ocorrido também no setor industrial nas décadas de 1950, 1960 e primeira metade dos anos 70 (INTERCEL, 2006).

No final dos anos 1970, a elevada precariedade do trabalho imposta aos trabalhadores devido a mudanças político-econômicas internacionais, e consequentemente nacionais, era percebida na economia, *a priori*, pela instabilidade dos preços – inflação – e na política pela repressão ditatorial. Destes elementos, surge à necessidade da construção de novas bases para a ação sindical brasileira, alicerçadas, principalmente, na união e na integração das categorias a fim de superar o modelo vigente e responder às mudanças em curso (SAMPAIO, 2001).

Neste ínterim, em SC, surgiu a Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina (INTERCEL) representando o conjunto dos trabalhadores da Celesc, da união de cinco sindicatos majoritários de eletricitários: na Capital o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis (SINERGIA); Lages e região com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Lajes (STIEEL); no Sul do Estado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC); no Vale do Itajaí e região o Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí (SINTEVI); Norte do estado o Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina (SINDINORTE/SC); e um Sindicato dos Administradores de Santa Catarina (SAESC). (INTERCEL, 2006)

De acordo com Sampaio (2001), através de um traço político forjado nas lutas sociais do início dos anos 1980 esta Intersindical construiu uma trajetória notável simbolizada por 48 anos de campanhas salariais e Acordos Coletivos de Trabalho com a empresa; conseguiu, através da força e organização dos trabalhadores, atravessar todas as intempéries das privatizações que assolaram a Celesc nos anos 1990, e que a mantiveram pública até os dias de hoje, além de apoio expressivo de outras entidades e movimentos sociais. A Intersindical mantém um periódico semanal que já ultrapassou as 1.150 edições e conta, hoje, com mais de 2.660 filiados na sua base Celesc.

Portanto, retrata-se acima o ambiente onde foi concebida e se desenvolveu a Credelesc. A tarefa a seguir consiste em organizar os temas relacionados, problematizando-os, a fim de investigar o desenvolvimento local da Cooperativa no âmbito da Celesc.

O esforço que foi demandado neste trabalho consistiu em analisar os temas relacionados à Credelesc, no intuito de apontar como ocorreu seu desenvolvimento socioeconômico, desde seu início, mas principalmente de 2007 até o término de 2011, e sugerir quais os caminhos que esta poderá trilhar a fim de acelerar, tanto de forma quantitativa, como de forma qualitativa este desenvolvimento.

Portanto, o problema da pesquisa foi buscar compreender por que a Credelesc, de 2007 ao fim 2011, não alcançou números maiores na adesão e permanência de cooperados, visto que ela foi planejada e concebida no espaço da Celesc Distribuição S.A., maior empresa pública do Estado de SC, e que possui de longa data, além de enorme capilaridade estadual, um expressivo

quadro de trabalhadores ativos e inativos envolvidos, com grande tradição de militância política e participando do movimento sindical eletricitário.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta investigação consistiu em analisar o desenvolvimento social e econômico da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Credelesc) no período de 2007 ao final do exercício de 2011, num contexto de aproximação dos trabalhadores pelo cooperativismo de crédito e mobilização pelo sindicalismo, e apontar alternativas para superar as resistências à associação cooperativa, fortalecendo o seu desenvolvimento.

1.2.2. Objetivos Específicos

Para que fosse atendida a pretensão que envolveu o objetivo geral deste trabalho foi necessário elucidar no plano da descrição alguns pontos específicos que, em conjunto, serviram de suporte para fundamentar a resposta principal. São eles:

1. Reconstituir a história e explorar os conceitos de cooperativismo de crédito e do sindicalismo como instrumentos das mobilizações dos trabalhadores;
2. Analisar os resultados econômicos e sociais da Credelesc no período de 2007 a 2011 e a sua contribuição para o desenvolvimento dos seus cooperados e do conjunto social regional a qual ela está inserida;
3. Comparar os resultados obtidos pela Credelesc com resultados obtidos por outras cooperativas de crédito que também fazem parte do Sistema da Central Cecred, estabelecidas na mesma área de atuação;

4. Apontar as alternativas para superar as resistências à associação cooperativa na Credelesc com intuito de acelerar a sua expansão e atuar no desenvolvimento socioeconômico dos cooperados;

1.3. Metodologia

O enfoque dado ao trabalho exposto, em concordância com Gil (2000), teve como característica preponderante a análise qualitativa, exploratória e descritiva. Como suporte, foi realizado um levantamento documental e institucional, além da coleta de informações em bancos de dados de fontes primárias e secundárias, compondo assim, o corpo dos dados para a execução da investigação proposta.

Para identificar e compreender as posições político-econômicas, tanto do cooperativismo de crédito, quanto do sindicalismo brasileiro, e dentro destes, do estudo de caso regional a que se remeteu esta pesquisa, foi realizada consulta bibliográfica a alguns autores, servindo de fonte para esclarecer conceitos a respeito dos assuntos tratados. (GIL, 2000)

O conteúdo textual apresentado na introdução destacou as características situacionais e os fatores histórico-institucionais que condicionaram o funcionamento do cooperativismo de crédito e do sindicalismo, e dentro deste, das peculiaridades ao estudo de caso pretendido, demonstrando, portanto, a realidade das transformações econômico-sociais, nacionais e regionais, ao qual este estudo está inserido.

Após a primeira parte introdutória composta da metodologia, constituindo assim o capítulo I, o primeiro objetivo específico teve como função desvendar os aspectos conceituais e históricos, tanto do cooperativismo de crédito, como do sindicalismo, por serem extremamente relevantes à pesquisa, o que está exposto nos capítulos II e III.

Por se tratarem de dois movimentos de mesma origem, mas de desenvolvimento distintos, foram utilizados, para melhor apresentação dos fatos históricos, vários autores, com diferentes visões sobre cada fase de ambos os movimentos. Porém, como orientação para tal reconstrução foi utilizada a obra “Sindicalismo e organizações base, suas histórias, dilemas e desafios”, de Emílio Gennari (2008) como roteiro para a compreensão das demais situações.

Além do estabelecimento de algumas distinções na forma de atuação das cooperativas de crédito em relação à maioria dos bancos comerciais brasileiros, está disposta no capítulo IV uma breve apresentação do Sistema da Central Cecred, em conjunto com as cooperativas singulares que o constituem.

O capítulo V, por um lado, contém a análise panorâmica com os resultados econômicos e sociais da Credelesc e a contribuição desta para o desenvolvimento, tanto dos seus cooperados, quanto da sociedade regional a qual ela está inserida. De outro lado, compara os resultados obtidos pela Credelesc, com resultados obtidos por outras cooperativas de crédito que fazem parte do Sistema Cecred e que estão estabelecidas – sedes – na mesma área de atuação da primeira, alcançando, assim, o terceiro objetivo específico.

Finalmente, o quarto objetivo específico é trabalhado no sexto capítulo e este é constituído das alternativas que a Credelesc pode tomar, com intuito de acelerar, tanto quantitativa, quanto qualitativamente seu desenvolvimento socioeconômico.

CAPITULO II – ORIGENS DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO E ASSOCIAÇÕES AUTÔNOMAS – COOPERATIVISMO E SINDICALISMO

2.1. Princípios e aspectos conceituais do cooperativismo e do sindicalismo

De acordo com a legislação brasileira, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, no seu Art. 4º “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades por distintas características” (BRASIL, 2012).

Já para Louredo de Souza e Meinen (2010), a definição para cooperativa pode ser de uma associação autônoma de indivíduos que, de modo voluntário, se associam no intuito de satisfazerem necessidades comuns de cunho econômico, social, ou mesmo cultural, por meio de uma instituição controlada coletivamente e que mantém uma gestão democrática.

A definição de sociedade cooperativa entendida pelo Portal do Cooperativismo de Crédito se constitui na união de pessoas com interesses comuns:

que buscam satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais por meio de uma cooperativa organizada economicamente e de forma democrática. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido entre os cooperados, de acordo com a respectiva participação nas operações e atividades. (PORTAL, 2012)

De outro lado os sindicatos constituem-se como atividades associativas para a legislação brasileira do trabalho, e o Decreto Lei 5.542/43, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no seu Art. 511, diz que:

é lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividade ou profissões similares ou conexas. (BRASIL, 2011)

O sindicalismo também é um direito assegurado pela Constituição Federal (CF) e de acordo com Batalha e Batalha (1994) é concedido a todos os sindicatos o caráter de pessoa

jurídica de direito privado. Por isso, de acordo com determinação constitucional, os sindicatos são autônomos e independentes do reconhecimento ou autorização do poder público para sua existência. Também, como característica comum dos sindicatos está o fato destes serem constituídos mediante Convenção trabalhista, não visar o lucro econômico como objetivo de funcionamento; ter uma organização própria; e buscar a perenidade.

Por outro lado, para Almeida (2007), os sindicatos são instrumentos da classe trabalhadora para a luta de classes, não apenas para a defesa das demandas comuns e imediatas, mas buscando uma profunda transformação social, transpondo o capitalismo em prol do socialismo.

Também para Sampaio (2001), um sindicato constrói-se por várias mãos e cada uma delas é igualmente fruto de uma construção coletiva, marcada com a singularidade, portanto cada dirigente sindical é a síntese de sua própria história e influência com as suas concepções, suas práticas, seus desejos e seus sonhos nos caminhos trilhados pelo sindicato, deixando neste, suas “impressões digitais”.

Mesmo com uma linha muito tênue entre as filosofias coletivas que diferenciam o sindicalismo do cooperativismo, o último, através de uma melhor organização a nível mundial, se fundamentou em princípios e valores amplamente divulgados e compartilhados, como o da igualdade, da responsabilidade, da democracia, da ajuda mútua, da equidade e da solidariedade no intuito de propiciar um bem estar econômico e social a ser, por todos, compartilhado.

Pode ser observado nos itens abaixo relacionados, à difusão pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), tanto dos sete princípios fundamentais do cooperativismo, quanto às linhas orientadoras que determinam como o cooperativismo interage internamente e externamente:

1. **Adesão voluntária e livre:** nas cooperativas não deve existir discriminação de sexo, social, racial, política e religiosa, sendo estas, organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizarem os seus serviços e assumirem as responsabilidades oriundas deste tipo de associação;
2. **Gestão democrática e livre pelos cooperados:** as cooperativas são organizações de cunho democrático, controladas, *a priori*, pelos seus associados, que podem participar ativamente da formulação das suas políticas e da tomada de decisões das mesmas. Nas cooperativas, os associados possuem o direito de voto igualitário, um membro, um voto;

3. **Participação econômica dos associados:** os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e o controlam de forma democrática. Do capital total, parte deste torna-se propriedade comum da cooperativa e outra parte os membros recebem, periodicamente, com a forma de remuneração (sobras), e uma parcela restante é destinada para outras finalidades;
4. **Autonomia e independência:** como organizações autônomas, as cooperativas são constituídas para prestarem ajuda mútua, sendo controladas pelos seus membros;
5. **Educação, formação e informação:** outro grande diferencial das cooperativas é a promoção da educação e da formação, tanto para seus membros, como para seus representantes eleitos e para seus trabalhadores com vistas a estes contribuírem, de forma eficaz, para o desenvolvimento das mesmas. Além disso, estas devem informar o público em geral sobre a natureza, os princípios e as vantagens do cooperativismo;
6. **Intercooperação:** trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais as cooperativas propiciam melhores serviços aos seus membros e assim, somam força ao movimento cooperativo;
7. **Interesse pela comunidade:** através de políticas discutidas e aprovadas pelos seus membros as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades. (OCB, 2012)

No entendimento da OCB o cooperativismo pode ser aplicado em diversas atividades e segmentos, dentre eles: agropecuária, consumo, crédito, produção, educação, habitação, trabalho, saúde, turismo e lazer, mineral, infraestrutura, especial e transporte. (OCB, 2012)

Portanto, a cooperativa se diferencia de outras associações autônomas por ser basicamente de caráter socioeconômico, e por disponibilizar produtos e serviços aos seus associados, com vantagens maiores, comparadas as que os mesmos teriam, se buscassem realizar individualmente. Além disso, o cooperativismo, pela sua filosofia humanista, norteadas por princípios e linhas orientadoras, designa aos interesses e atribuições do homem, importância fundamental, elevando sua interação a um patamar superior, onde a igualdade, a liberdade e a solidariedade são peças essenciais.

Neste ínterim, se analisado o sindicalismo sob a visão de sua concepção classista, optando pela luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora, significa lutar por condições melhores de salário, de trabalho e de qualidade de vida para todos os trabalhadores, mas, sobretudo, significa participar da luta política como um todo, buscando uma transformação profunda da sociedade, sobrepondo o atual modelo exploratório de produção e reprodução dos trabalhadores, transformando-o em algo melhor para todas as pessoas.

2.2. Autogoverno: do embrião ao nascimento dos sindicatos e das cooperativas

As formas de cooperação e associação autônomas são muito antigas, conforme aponta Klaes (2005). Historiadores indicam que na Pré-História, mesmo antes da revolução agrícola, quando os homens eram nômades, não são raros os indícios de cooperação e associação solidária entre os indivíduos das tribos indígenas. Também, nas civilizações antigas, como na babilônica e na egípcia ou nas antigas civilizações ocidentais, como na grega e na romana, existem vários fatos históricos a respeito da associação autônoma e da cooperação, que tanto no meio rural, na realização de obras importantes ou na realização das tarefas diárias, quanto no cotidiano do meio urbano, por meio das “*corporaciones*”, tiveram imprescindível importância, constituindo-se, portanto, numa manifestação pré-cooperativa – moderna –, pois desenvolveram práticas de autogoverno e de ajuda mútua em se tratando do campo econômico e do social.

Contrastando com este longo período anterior, em que o trabalho era predominantemente agrícola, segundo Gennari (2008) o contexto da Europa do século X, em função do crescimento populacional e conseqüentemente do florescer das pequenas cidades, que neste período passaram a ganhar maior visibilidade devido às exigências dos nobres e do clero, a produção que não vinha da agricultura era executada por trabalhadores independentes, mestres artesãos.

Tais trabalhadores eram, na época, os donos das ferramentas, das matérias-primas e conheciam a fundo cada parte do processo de trabalho, além de dividirem as tarefas entre seus aprendizes, que em geral não passavam de dois ou três. Também, eram os responsáveis por decidir os modelos, preços, prazos de entrega de suas mercadorias, sempre no trato direto com seus clientes como, por outro lado, eram responsáveis por zelar por seu ofício através de corporações locais, com normas e proibições amplamente aceitas entre seus integrantes. Portanto, na Idade Média, era este o sistema de produção que funcionava, pois neste período o mercado consumidor era pequeno e relativamente estável.

Do século XVI ao século XVIII devido às grandes navegações e a ampliação comercial, ocorreu uma mudança no processo produtivo de trabalho que passou a ser controlado pelo fornecedor das matérias-primas, o comerciante. Este determinava as metas, fixava os horários de trabalho, pagava de acordo com o produzido e impunha, a fim de disciplinar os trabalhadores e trabalhadoras, punições e multas descontadas do salário. Os últimos, para defenderem-se de tais

imposições, contavam apenas com o conhecimento integral do ofício e do manuseio das ferramentas.

Porém, sob a pressão da expansão crescente dos mercados e, consecutivamente, da demanda por produtos, além do descontentamento generalizado devido às várias mudanças nas relações trabalhistas, os patrões começaram a dividir o processo produtivo, segregando as operações, que passaram a ser realizadas de forma individual ou pelo mesmo grupo de trabalhadores.

A partir deste momento, seguindo Gennari (2008), além de não possuírem os meios de produção, os operários deixaram de ter o controle sobre o seu trabalho, resultando na redução de suas possibilidades de resistência e, consecutivamente, no aumento da exploração. Também, enquanto este processo se desenvolveu, outros elementos contribuíram para a sua ampliação.

Em primeiro lugar, um aumento constante no volume de produção, num mesmo espaço de tempo leva a queda dos preços das mercadorias, inclusive da mercadoria força de trabalho, ou seja, leva a redução dos níveis salariais. Concatenado a isso aconteceu, primeiramente na Inglaterra, a expulsão das famílias que viviam no campo e que ainda tinham sua produção baseada na agricultura, em função dos grandes proprietários concentrarem cada vez mais suas terras, motivados pelos crescentes valores de arrendamento das mesmas. Tais proprietários ao optarem pela criação de ovelhas, devido à demanda expressiva pela lã – matéria-prima fundamental que impulsiona a indústria nascente da época – forçaram um deslocamento das famílias do campo para as cidades. Estas famílias, para a indústria nascente, se transformavam em força de trabalho excedente que, por sua vez, contribuiu ainda mais para o rebaixamento dos níveis salariais.

Não bastassem todos os fatores apontados anteriormente, a introdução da tecnologia da máquina a vapor, em larga escala, a partir de meados do século XVIII, aprofundou ainda mais os problemas acima apontados, aumentando em muito a produtividade, a produção por trabalhador e, consecutivamente, reduzindo o número de atividades no processo, levando com isso, a redução dos postos de trabalho, a destruição dos artesões e corporações de ofício que ainda resistiam, assim como a falência de empresas que não possuíam meios para introduzir as novas tecnologias. Desta forma, Gennari explicita que:

Nas fábricas deste período vias de regra, abafadas, mal iluminadas e sem as menores condições de higiene, homens, mulheres e crianças se esfolam durante 15-16 horas de trabalho diário. Não se para nem para comer e qualquer pequeno deslize é punido com multas severas.

Na medida em que a principal preocupação é com as máquinas, ou seja, com o retorno de seus investimentos, e há gente sobrando sempre pronta a ocupar o lugar de quem morre, se acidenta ou é demitido, os salários são extremamente baixos. Com a introdução dos novos maquinários e a possibilidade dos mesmos serem operados por um número maior de mulheres e crianças, a força de trabalho masculina, mais cara, passa a ser crescentemente substituída pela feminina e a infantil. (GENNARI, 2008, p.7)

Nesta época, houve uma expansão das cidades, de forma veloz e desordenada, devido à pressão das transformações que ocorreram no meio rural e no industrial. Aliado a isso, os baixos salários, o excesso de trabalho e as condições precárias de vida desencadearam, diretamente para os assalariados, uma numerosa lista de doenças oriundas do trabalho e inúmeras epidemias, e indiretamente, o alcoolismo, a prostituição, o suicídio, a violência, a criminalidade e uma infinidade de desgraças que acometiam os redutos operários.

Neste ínterim, o desenvolvimento tecnológico, ao contrário das promessas de libertação frente à luta humana pela sobrevivência, era compreendido pelos trabalhadores, exclusivamente, para a ampliação da produtividade e, em consequência, para a exploração do trabalho. Para estes seres, desprovidos de quaisquer benefícios advindos da expansão capitalista, a saída encontrada passou, sem sombra de dúvida, pela destruição dos novos equipamentos, a fim de manterem seus postos de trabalho e, subjetivamente, retornarem ao passado, quando tinham condições mais dignas de vida.

Além disso, Gennari (2008) explica que, distante da garantia de qualquer tipo de lei ou assistência aos trabalhadores, em geral, o Estado representativo moderno Inglês, seguido pelos demais Estados onde nascia o capitalismo, distanciou-se da definição de níveis mínimos quanto a condições de trabalho e salários, permanecendo inerte à ampliação da massa de operários desempregada. Sua atuação predominante concentrou-se no desenvolvimento de maneiras e instrumentos que lhe permitam coibir qualquer forma de agitação popular e, sobretudo, operária. Tal viés também possuiu uma justificativa ideológica, ou seja, a atuação estatal desta época foi embasada por uma gama de ideias que concordavam com a ordem previamente estabelecida, invertendo a realidade diária do trabalhador e induzindo a massa operária à conformação.

A situação, descrita anteriormente, se aprofundou por toda Europa no decorrer do século XVIII e no início do século XIX. De forma geral, a opção feita pelos Estados, diante do

empobrecimento avançado da maioria da população e do risco de convulsão social, passou distante da distribuição da riqueza excedente, enveredando pela repressão e pelo aperfeiçoamento do arcabouço legal que fundamentou e justificou o uso da violência a fim de conter as massas.

Este tipo de Estado foi desvelado sob o olhar atento de Marx e Engels e analisado sob a ótica de Lênin (1983):

O Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto, períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças, que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas. (LÊNIN, 1983, p.7)

Com tamanhas dificuldades a saída para o operariado passou, via de regra, pela organização da resistência coletiva onde o companheirismo e a solidariedade tornaram-se armas indispensáveis e fundamentais para combater o individualismo e a competição que foi amplamente difundida nas fábricas, nas ruas e na sociedade capitalista nascente (GENNARI, 2008).

A partir desse despertar, começou a nascer o movimento operário em todos os países, pois sem poder contar com apoio do Estado, tampouco da burguesia, a classe trabalhadora teve de buscar saídas para suas aflições, primeiramente para não permitir que suas famílias ficassem sem amparo e, posteriormente, para ampliar e fortalecer sua resistência diante do jugo do capital.

Neste contexto, tanto a prática de passar o chapéu na coleta de fundos, quanto à organização de cooperativas foram elementos desenvolvidos ao longo da segunda década do século XIX e utilizados pelos trabalhadores com intuito de desmontar as estratégias patronais da época.

O cooperativismo na forma moderna foi descrito por Pinheiro (2008) como modelado de um exemplo específico surgido em 1844 na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 operários tecelões, sob a influência do ideário de pensadores como Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837); Conde de Saint-Simon (1760-1825); Benjamin Buchez (1776-1860) entre outros, deram vida a uma cooperativa de consumo.

Significando uma reação organizada em resposta a ação opressora dos agentes econômicos e políticos da época, vinculados ao capitalismo nascente, os trabalhadores passaram a se unir motivados pela solidariedade e descobriram que, através da cooperação entre eles, ou seja, mantendo a propriedade privada da produção e distribuição das mercadorias, era possível proporcionar melhores condições de vida social e econômica aos trabalhadores e a suas famílias. Por isso, a Sociedade dos “Pioneiros de Rochdale” se desenvolveu sobremaneira, chegando a dezenas de milhares de sócios. Por estas características, além de representarem um importante mercado consumidor, os pioneiros constituíram muitas cooperativas de produção, nas mais variadas atividades (MARINGA MANEGMENT, 2005).

O exemplo dos ingleses logo foi disseminado em outros países da Europa, como na França e na Alemanha e posteriormente, percorreu o mundo inteiro, sendo reconhecido como uma forma de organização legítima e de luta da classe trabalhadora contra o capitalismo. A necessidade de ajuda mútua passou a ser considerada, a partir de então, o princípio de maior destaque do movimento cooperativista.

Passados três anos, em 1847, foi criada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen a primeira associação de apoio para a população rural que, mesmo não se caracterizando totalmente como uma cooperativa de crédito, se tornou o modelo para a futura forma cooperativa de Raiffeisen (PINHEIRO, 2008).

Ao final do século XIX o movimento cooperativista já estava difundido mundialmente e com a percepção de unificá-lo, em 1895, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em Londres.

Retornando, como aponta Alves (2003), além da solidariedade e da ajuda mútua, com o aumento das greves e do tempo de duração das mesmas, tornou-se imprescindível ao movimento operário não apenas a cotização a fim de abastecer suas caixas de resistência, mas a tarefa de auferir recursos necessários à ampliação do poder de barganha do movimento paredista. Alves percebe esta preocupação do movimento sindical a partir do desvelado por Marx:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país [se refere à Inglaterra] em trabalhadores [travailleurs]. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, ante o capital, uma classe (...) mas ainda não o é para si mesma (...). Na luta que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma (...). Os interesses que

defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 1985, apud. ALVES, 2003, p.126)

Gennari (2008) destaca que instauradas todas as formas de opressão, tanto por parte do Estado, como da elite burguesa, a informalidade e muitas vezes a clandestinidade foram formas encontradas para iniciar e fazer crescer tais vínculos entre os trabalhadores. Estes vínculos maduros começam a frutificar a partir da lei de 1825, quando pela primeira vez o Estado representativo moderno burguês inglês autorizou a constituição de sindicatos.

Com reconhecimento legal, começaram a aparecer os primeiros sindicatos, porém, a velocidade como se processou o movimento sindical, nos diferentes países, dependeu da fase do capitalismo que cada país estava inserido, ou seja, das contradições alimentadas por estes, das tradições de luta operária e das pressões internas e externas sobre a classe trabalhadora. Em outras palavras isto se traduziu que:

o sindicato não nasce quando a elite reconhece a possibilidade da sua existência, mas sim quando os explorados praticam coletivamente o significado do termo que expressa agora um dos instrumentos pelos quais a classe trabalhadora rejeita a possibilidade de se resignar com a espoliação à qual está sendo submetida. Ser sindicato significa justamente exercer coletivamente a função de síndico, ou seja, daquele que é o defensor (syn, em grego) da justiça (diké). (GENNARI, 2008, p.11)

Portanto, ao passo que se aprofundou este processo, as formas de organização foram se solidificando e ganhando volume, a capacidade de compreensão da realidade foi se expandindo e novos horizontes despontaram sobre uma árdua trajetória que sinalizou, para todos os trabalhadores, a necessidade da consciência de classe operária, a impossibilidade histórica de regredir ao passado agrícola-artesão e a convocação à intervenção política e econômica a fim de garantir e ampliar a distribuição do produto social.

2.3. A origem moderna do cooperativismo de crédito

Conforme o que aponta Pinheiro (2008), Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, Alemanha, esboçou as primeiras iniciativas em 1847, a fim de organizar uma cooperativa de crédito. No povoado de Weyerbusch/Westerwald, este deu vida a uma associação que vislumbrava dar assistência financeira à população rural e, mesmo esta organização ainda não sendo uma cooperativa, serviu de exemplo para a posterior atividade cooperativista desenvolvida por este alemão. A primeira cooperativa de crédito desenvolvida por Raiffeisen seria finalmente fundada em 1864 passando a se chamar Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf (Heddesdorfer Darlehnskassenverein). Preocupado com a economia de escala e a defesa conjunta dos interesses dos associados frente ao capitalismo, nos primeiros anos de atividade da cooperativa em 1872, Raiffeisen criou a primeira cooperativa central nomeando-a como Banco Cooperativo Agrário Renânia. Logo após, em 1877, sob sua engenhosidade e liderança, foi posta em funcionamento a primeira Federação Central das Cooperativas Agrárias (KLAES, 2005). Tipicamente rurais na avaliação de Klaes (2005), as cooperativas criadas pelas mãos de Raiffeisen priorizavam, através da educação, o senso de responsabilidades e a formação moral dos cooperados vislumbrando, com isso, que estes se portassem de maneira solidária e ilimitada perante a condução das cooperativas. Além disso, estas também apresentavam como características: a singularidade de voto dos sócios independentemente do número de quotas-partes; a responsabilidade ilimitada e solidária dos cooperados; uma área de atuação restrita; a falta de capital social e a não distribuição de excedentes, dividendos ou sobras.

Um prussiano de nome Herman Schulze, foi o idealizador das cooperativas de crédito urbanas. Este, em 1856, criou sua primeira “associação de dinheiro antecipado”, ou seja, uma cooperativa de crédito, localizada na cidade alemã de Delitzsch. Diferentemente do alemão Raiffeisen as cooperativas do tipo Schulze-delitzsch, como posteriormente foram denominadas, previam o retorno das sobras líquidas de modo proporcional ao capital, não tinham área de atuação restrita e remuneravam seus dirigentes (PINHEIRO, 2008).

As cooperativas de modelo Schulze-delitzsch tinham como características principais, o pressuposto de destinar-se especialmente à classe média urbana (artesãos, comerciantes, pequenos patrões), todavia, sem a vinculação do caráter fechado de uma organização

profissional, ou seja, este modelo de cooperativa admitia a livre vinculação de todas as categorias econômicas. (SILVA; BACHA, 2007)

Alguns anos depois na Itália, mais precisamente na cidade de Milão, em 1865, o italiano Luigi Luzzatti, influenciado pelas cooperativas do tipo Schulze-delitzsch constituiu a primeira cooperativa que tinham como características fundamentais: a não existência do vínculo profissional para a associação, apenas a limitação geográfica do associado, por bairro ou município; não suprimiam ajuda do Estado, sendo esta considerada supletiva; as quotas de capital de pequeno valor monetário; as concessões de crédito, também de pequeno valor, sem garantias reais, mediante palavra de honra; a não remuneração dos dirigentes e, por último, a responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito na cooperativa.

No começo do século XX, em Quebec, no Canadá, o jornalista Alphonse Desjardins deu vida a sua primeira cooperativa, organizada sob uma forma peculiar, mesmo que inspirada sobre os já conhecidos modelos engendrados, principalmente por Raiffeinsen e Luzzatti, sendo que esta tinha como principal característica: a existência de um ponto comum entre os sócios; reunia grupos homogêneos, tais como membros de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos, entre outros (PINHEIRO, 2008).

Desjardins era considerado um visionário e objetivava a promoção de um ideal coletivo, que contribuisse para aplacar aos anseios dos canadenses de origem francesa, deslocados do meio rural e marginalizados, devido à pressão a que eram expostos, oriunda do sistema financeiro extremamente agressivo, como o da época (KLAES, 2005).

No Brasil, a constituição da classe operária se deu simultaneamente à desvinculação da mão de obra escrava como mola propulsora da economia no país, ou seja, principalmente a partir das grandes imigrações europeias que, só no Estado de São Paulo, entre os anos de 1850 a 1920, chegaram a mais de um milhão e meio de trabalhadores. Estes foram atraídos para o território brasileiro basicamente pelo sonho de “fazer a América”, mas frustrados os seus sonhos diante da realidade aqui encontrada e imbuídos de uma consciência de classe trazida nas bagagens, tais imigrantes deram corpo às revoltas populares, e utilizaram tanto o sindicalismo como o cooperativismo como ferramentas contra a exploração da classe a qual pertenciam (GENNARI, 2008).

CAPITULO III - OS MOVIMENTOS COOPERATIVISTA DE CRÉDITO E SINDICAL NO BRASIL

3.1. Da origem dos Movimentos à crise de 1929

As primeiras manifestações contrárias à situação de miséria e embrutecimento à qual os trabalhadores estavam expostos, se deram a partir da criação e difusão das associações de mútuo socorro, que proporcionaram algum alento financeiro a colegas operários ou as suas famílias caso alguma desgraça viesse potencializar a já pauperizada vida que levavam.

A Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, criada em 1889 na província de Minas Gerais, por exemplo, foi à primeira forma de “cooperativa” moderna surgida no Brasil. Mesmo criada como cooperativa de consumo, em seu Estatuto Social, nos artigos 41 a 44, havia a indicação da existência de uma “caixa de auxílios e socorros”, e esta tinha como pressuposto assistir, tanto a associados que estivessem na “indigência por falta absoluta de meios de trabalho”, quanto às viúvas pobres de antigos sócios. Além disso, o Estatuto da Cooperativa não previa a captação de depósitos dos associados, por isso, a “caixa de auxílios e socorros” se assemelhava as seções de crédito das cooperativas mistas que seriam criadas no século seguinte, contudo, seu objetivo era primordialmente assistencial (PINHEIRO, 2005).

Em se tratando de cooperativa de crédito em solo brasileiro, quem trouxe na bagagem a experiência foi o padre jesuíta Théodor Amstadt, imigrante suíço, que em 1902, em conjunto com a Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses da Linha Imperial, deu vida a uma Caixa de Crédito Rural no atual município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul (RS). A associação dos agricultores foi uma maneira encontrada para sobrepor os diversos problemas encontrados por eles no desenvolvimento de suas atividades agrícolas (SANTOS, 2005).

Sendo do tipo Raiffeisen, a cooperativa foi fundada com o nome de Economia e Empréstimos Amstad e posteriormente foi renomeada como Caixa Rural de Nova Petrópolis. Posteriormente, em 1906 no município de Lajeado, Rio Grande do Sul, foi criada a primeira cooperativa de crédito do tipo Luzzatti no Brasil, denominada de Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado (PINHEIRO, 2005).

O primeiro decreto do Estado brasileiro a regulamentar as cooperativas foi elaborado em 1907 e estipulava que as mesmas se organizassem sob a forma de sociedades anônimas ou sociedades em nome coletivo ou ainda em comandita, sendo regidas por leis específicas. No tocante as cooperativas de crédito agrícola, tal decreto proporcionou que elas se organizassem “em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados e que seu objetivo fim fosse emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias” (PINHEIRO, 2005, p. 28). Posteriormente, em 1908, no Estado do Rio de Janeiro, surgiu a primeira Caixa Rural Raiffeisen, portanto, nas primeiras décadas do século XX foram fundadas inúmeras cooperativas de crédito no Sul e Sudeste do Brasil, condizendo com a legislação estabelecida pelo governo para controlar o setor (BÚRIGO, 2007).

Não diferente das elites estrangeiras, no Brasil as elites locais se esforçaram em incentivar o individualismo e a competição dentro da classe assalariada e utilizaram o poder do Estado como mantenedor da condição exploratória a que o operariado estava submetido, porém, ao passo que a solidariedade e o companheirismo triunfaram frente ao individualismo e ao embrutecimento, começaram a despontar no horizonte da classe trabalhadora, perspectivas reais de mudanças para melhor (GENNARI, 2008).

O sentimento de coletividade difundido dentro destas associações beneficentes, de caráter inicialmente assistencialista, motivou os trabalhadores a avançar na formação das primeiras Ligas de Resistência, no início do século XX. Logo após, nasceram os primeiros sindicatos, que pré-definidos como independentes do Estado e dos patrões, se estabeleceram como instrumentos de resistência e de luta pelo interesse econômico e profissional da classe assalariada. Suas lideranças foram compostas, na maioria das vezes, por militantes anarquistas sendo que, como metas os sindicatos buscaram, *a priori*, uma melhora nas condições de trabalho, mas com horizonte traçado pelo fim do capitalismo.

Sobre este aspecto Marx fez uma exposição de forma mais acabada sobre as limitações da luta acerca da situação dos salários, dos preços e dos lucros, numa perspectiva meramente econômica da atuação desenvolvida pelos sindicatos na sociedade capitalista:

Os ‘sindicatos’ atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixam em parte de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma

pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existentes, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a transformação e servirem-se da sua força organizada como de uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX, 1988, p. 86).

Mesmo com suas raízes fortemente ramificadas no interior das fábricas, a atuação dos sindicatos foi além dos muros fabris, compondo relações com sindicatos de outros setores ou de cidades circunvizinhas, construindo, progressivamente, um movimento volumoso, que se traduziu no florescer de intersindicais e federações a níveis local, regional e estadual, com trabalhadores das mais diversas profissões (GENNARI, 2008).

Tal movimento desencadeou em 1906 a promoção do primeiro Congresso Operário realizado em solo brasileiro, forjando a Confederação Operária Brasileira (COB) que tirou diversas resoluções para a ação coletiva dos trabalhadores:

Entre as principais conclusões do congresso, encontramos a recomendação de que as organizações operárias sejam independentes do Estado e dos patrões, não esperem pela ajuda de políticos e não permitam que os sindicatos se tornem o âmbito em que se inserem as disputas partidárias, pois isso acabaria criando inimizade e desunião entre os próprios trabalhadores. Os delegados reafirmam que o objetivo dos sindicatos é resistir ao capitalismo, reivindicar os direitos da classe e não proporcionar qualquer tipo de assistência beneficente a seus associados. Embora as cooperativas e as associações de mútuo socorro atraiam muitos trabalhadores para as fileiras do sindicato, elas acabam desviando a entidade de seu verdadeiro papel e, na medida em que aliviam os sofrimentos dos operários, levam a base a se acomodar, abrindo assim caminhos para ampliar a exploração.

As resoluções recomendam também a criação de sindicatos femininos; que as organizações de resistência não admitam em seu quadro de sócios patrões, mestres, contramestres ou qualquer trabalhador que explore por conta própria o trabalho de outros operários ou de aprendizes; que as diretorias não ajam ou decidam por si próprias, separadas da massa, mas que se criem comissões das quais os associados podem participar assumindo, de igual para igual, a responsabilidade de tomar decisões e o poder de encaminhá-las; que greves, sabotagens, boicotes e demais formas de protesto se concentrem na luta pelo fim do salário por peça, pela jornada de 8 horas sem redução dos salários, contra o militarismo, as guerras e a intervenção das forças armadas nos enfrentamentos entre patrões e trabalhadores. (GENNARI, 2008, p.18)

Porém, longe de estabelecer um consenso no debate de ideias entre as vertentes que induziram o movimento sindical, nesta época, dividiram-se em dois grandes grupos as suas lideranças e estas, se apoiavam em políticas distintas e em estratégias diferenciadas de ação.

O primeiro grande grupo foi formado, de um lado, pelos adeptos à sociedade anarco-evolucionistas, que defendiam a construção obrigatória de relações de igualdade entre todas as pessoas, sendo que esta construção não seria feita de acordo com a democracia burguesa – partidos e eleições – mas pelo envolvimento direto, porém gradual do operariado, elegendo os sindicatos como os principais instrumentos de luta, pacífica, sem o uso da violência. Ainda neste grupo, existiam os partidários das ideias anarco-sindicalistas, que defendiam a necessidade de contrapor a violência burguesa com violência proletária e entendiam que apenas com a ação direta – inclusive armada – é que seria possível derrotar o sistema posto e as sociedades de classe.

Formando o segundo grande grupo, encontrava-se a vertente socialista. Esta vertente apostava não apenas na ação sindical como forma de luta, mas na constituição de um partido operário a fim de disputar cargos eletivos e, uma vez ocupando tais cargos, propiciariam reformas que levariam acalanto aos anseios da classe trabalhadora, reconhecimento político a nível nacional e consecutivamente, a aceleração da derrocada do capitalismo e a adoção do socialismo como modo de produção.

Sob um olhar mais apurado, tal vertente sinalizava um compromisso: com a luta dos associados a nível econômico-corporativo; pelo arcabouço legal que regularizasse e melhorasse as condições de trabalho; pelo desenvolvimento da classe em nível intelectual, moral e material; pela defesa do associado na esfera jurídica; pela consolidação dos laços de solidariedade das organizações sindicais do mesmo setor econômico; pelo amparo financeiro a associados antigos que estivessem doentes, acidentados, ou viessem a falecer; pela difusão da educação – primária – e pela criação de bibliotecas em suas sedes; e para criar e manter fundos financeiros a fim de resguardar a categoria, manter as greves pelos períodos que durassem e lutar contra qualquer forma impositiva que viesse a aumentar a exploração da classe trabalhadora (GENNARI, 2008).

Paralelo a isso, comumente os sindicatos possuíam jornais, informativos, e eram promotores de atividades de cunho cultural em que as posturas políticas centrais e as divergências com as demais vertentes do movimento eram abordadas, debatidas e aprofundadas em conjunto com a categoria que, em sua maioria era analfabeta.

Com peculiaridade e respeitando os limites impostos pelo cotidiano de cada localidade, o movimento sindical reproduziu e ampliou o debate político que se fez presente no dia a dia do

operariado em diversas nações, que resumidamente pode ser definido na batalha pela derrocada do sistema capitalista *versus* as lutas em prol da reforma do capitalismo, almejando melhores condições de vida para a classe assalariada.

Avançando, a luta dos trabalhadores brasileiros tomou novo fôlego com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), mas, sobretudo, com as notícias da Revolução Soviética de 1917, gerando uma nova esperança para a classe operária, que neste momento começou a pensar e a organizar a resistência do movimento operário para além das fábricas, construindo agrupamentos simpatizantes as causas dos assalariados nos bairros onde os mesmos moravam, sem distinção de sexo, raça, idade, nem profissão (GENNARI, 2008).

Dentro das ligas de bairro, as discussões revelavam os limites do sindicalismo de caráter imediatista, mesmo que permanecesse preponderante a união de esforços na defesa de objetivos imediatos, visando à melhora nas condições de vida dos trabalhadores. Compreendia-se a necessidade de construir formas como a união, o companheirismo e a solidariedade para intervir de maneira mais impactante no condicionamento social posto.

No construir deste processo grandes reivindicações foram erguidas e inúmeras greves foram deflagradas e vitoriosas, sendo que a ameaça de convulsão social a partir do operariado em movimento transformou-se em elemento central nas discussões dentro da sociedade civil e do Estado que, em decorrência destes fatos, procurou interagir de uma forma mais pacífica com a classe responsável pela sua bonança.

Em outra frente, aliada as elites, se posicionou a Igreja Católica ao fundar Confederação Católica do Trabalho (CCT), pois preocupada com o avanço do ideário socialista que repercutia por toda a Europa, colocando em cheque a propriedade privada e os conceitos que fundamentam a sociedade capitalista, esta se deparou com a necessidade de construir sua resposta sobre a conduta social, redefinindo claramente, para trabalhadores e patrões, seus direitos e deveres dentro da sociedade burguesa (GENNARI, 2008).

Sintetizando, a CCT ao influenciar grande parte dos assalariados, vinculando sua melhora de condições de vida a prática virtuosa da honestidade, sem cobiçar nem prejudicar o próximo, reduziu as tensões entre estes e os empresários, pois se respeitariam os direitos e deveres de cada classe e as disputas, quando existissem, se processariam em fóruns institucionalizados nos quais

as reivindicações do operariado seriam tratadas com respeito e harmonizadas com as demandas do capital. (GENNARI, 2008).

Esta nova concepção revelou um avanço ideológico, contraposto à forma violenta e desumana pela qual eram tratadas as questões de cunho social, pois a CCT ao trazer para seu controle grande parcela dos assalariados – organizados em sindicatos – e transitar entre as altas esferas do Estado e da sociedade, acabou promovendo uma mediação digna de um novo poder moderador, constituído. Todo o respaldo da CCT junto aos trabalhadores foi também alcançado através de ações assistencialistas, de forte apelo entre a parcela da população mais empobrecida. Além disso, esta criou e promoveu um jornal que, além de enfatizar sua doutrina social, combatia ferozmente às concepções socialistas que se aprofundavam na realidade da classe trabalhadora. Respeitando as devidas proporções, as relações sociais construídas pela CCT serviram de exemplo ao que foi construído por Getúlio Vargas a partir da década de 1930, pois ao estabelecer uma aliança entre a burguesia e a classe assalariada, a CCT inaugurou a uma nova maneira de dominação de classe (GENNARI, 2008).

Retornando à década de 1920, alguns outros elementos minaram o movimento sindical da época como: a restrição à imigração e a crise da cultura cafeeira, que provocaram a migração interna campo-cidade e, em consequência, a formação de um imenso contingente de trabalhadores procurando empregos nos centros urbanos. Ou seja, por um lado, estancou-se a progressão do movimento – consciência de classe – ao interromper a imigração, e por outro, ao se inserir nas cidades e no trabalho fabril – com concepções de classe já consolidadas – uma grande parcela da população vinda do campo, que acreditava em sua grande maioria na concepção pela qual a pobreza é tida como parte da vontade divina, diluiu-se o movimento operário (GENNARI, 2008).

Por outro lado, Santos (2005) relata que as cooperativas floresciam perceptivelmente, e a inovação das cooperativas singulares foi, sem sombra de dúvidas, um passo decisivo para o crescimento do cooperativismo de crédito no país. Contudo, a separação das unidades reduzia a capacidade de atuação da concessão de crédito, impedindo, com isso, a captação e a distribuição de recursos de modo mais eficiente. Ou seja, mesmo em franca expansão a independência do segmento de crédito cooperativo necessitava da constituição de uma central que operasse

exclusivamente neste setor, sendo que esta, chamada de Cooperativa Central das Caixas Rurais foi fundada no Rio Grande do Sul, em 1925 (SANTOS, 2005).

A Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil também foi constituída na primeira metade da década de 1920, na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, na segunda metade da década, o Estado brasileiro promulgou uma lei que liberou as cooperativas de crédito que correspondiam aos sistemas Raiffeisen e Luzzatti da “exigência de expedição de Carta Patente e do pagamento de quotas de fiscalização”, atribuindo ao Ministério da Agricultura à obrigação da fiscalização sobre as mesmas. E outra lei que aprovou o regulamento destinado a referendar a fiscalização da organização e o funcionamento dos sistemas anteriormente elencados (PINHEIRO, 2008).

Após um período de incentivo das elites na promoção conciliatória dos conflitos entre capital e trabalho, em 1927, tanto o Presidente brasileiro quanto o Congresso nacional reagiram politicamente promulgando uma lei que, em suma, legalizava a repressão e a violência e restringia toda e qualquer forma de expressão e organização do operariado (GENNARI, 2008).

Além disso, outros elementos se somaram ao conturbado momento histórico como: a primeira grande crise do capitalismo refletida na quebra da bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, levando o Brasil a sofrer uma grave crise político-econômica decorrente da falência do setor exportador cafeeiro, grande responsável pelo crescimento do país; e as revoltas dos setores médios do exercito brasileiro, que originaram a Coluna Prestes (FAUSTO, 1972).

Ou seja, entre idas e vindas, foi se delineando a história do movimento operário e sindical no país, abalado, vezes por crises econômicas do capital, vezes pela repressão e pelo autoritarismo do Estado brasileiro, vezes pela desorganização ou segregação do próprio movimento, mas em todos os casos, a contradição primária que movimentou o operariado foi à revolta contra a exploração do trabalho. Tal fator vai colocar e recolocar a classe trabalhadora em cheque, obrigando a mesma a se reorganizar, mesmo que em condições desfavoráveis (GENNARI, 2008).

3.2. Da crise de 1929 às reformas financeiras do regime militar

Em meio a um período de crise mundial, não apenas política, mas, sobretudo, econômica, em que foi posto em cheque o próprio futuro do sistema de reprodução capitalista, as elites do Brasil, seguindo a tendência mundial, vislumbraram que qualquer que fosse a saída, esta deveria impreterivelmente desmobilizar o potencial de enfrentamento dos trabalhadores, excluindo-os da participação à construção de alternativas.

Mas, para isto ocorrer com êxito foi necessário utilizar artifícios para além da repressão, como forma de persuasão do operariado, e Getúlio Vargas à frente do Estado brasileiro, não só inovou ao impulsionar à industrialização do país através do fomento ao capitalismo interno, utilizando o Estado como alavanca propulsora – institucional e econômica – como, perante a classe operária, engendrou mecanismos a fim de esvaziar a capacidade de mobilização dos trabalhadores, construindo em substituição ao conceito de luta o conceito de colaboração harmônica entre as classes (ABREU, 1990).

Seus primeiros confrontos com o operariado brasileiro se estabeleceram sob o auge da crise de 1929, com um cenário de mais de dois milhões de desempregados, com índices alarmantes de queda nos salários e com várias greves repercutindo sobre todo o território nacional (GENNARI, 2008).

Dentro deste conturbado cenário, mesmo com a repressão a todo o vapor, a política getulista somente começou a ter sucesso em novembro de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho e Comércio, pois a partir deste momento o Estado começou a regularizar e fiscalizar o cumprimento das leis sociais, resolvendo pela mediação e de forma harmoniosa os conflitos entre operários e empresários. A partir de 1930, ao estender progressivamente a todos os trabalhadores direitos trabalhistas reivindicados por décadas e conquistados por uma parcela da classe assalariada, o governo, apoiado pelas elites, transformou tais conquistas históricas, uma por uma, em melhorias de condição de vida e de trabalho advindas da benevolência de Vargas, ou seja, as conquistas transformaram-se em um presente do “Pai dos Pobres”, enquanto, em outra frente, o governo divulgou um novo arcabouço legal visando uniformizar e aprimorar a estrutura sindical existente.

No ano de 1932, com vistas sobre o movimento cooperativista o governo regulamentou o funcionamento das cooperativas de crédito e das seções de crédito demonstrando, com isso, o interesse do “Estado Novo” em difundir o cooperativismo de crédito no Brasil, atrelado ao seu objetivo principal (PINHEIRO, 2008).

Regionalmente, em SC, após a fundação da Cooperativa de Crédito Rural de Itapiranga, em 1932, foram fundadas diversas cooperativas de crédito em cidades catarinenses com apoio e orientação de líderes religiosos da Igreja Católica.

Entre os anos de 1932 a meados de 34, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a maioria dos operários recusou-se a abraçar a causa das elites, mas o movimento sucumbiu diante de vários fatores, dentre eles: da pressão da repressão do Estado e do avanço do sindicalismo governista; do desemprego em níveis elevados; e da segregação aprofundada entre as vertentes anarquistas e comunistas (GENNARI, 2008).

Na tentativa de recuperar suas forças, em 1935 os comunistas se reorganizaram e montaram uma frente única denominada como Aliança Nacional Libertadora (ANL), aproveitando um momento de descontentamentos e aumento das tensões sociais geradas pelas políticas governistas e, mudando os rumos da história, os militantes do comunismo e sindicatos combativos uniram-se a setores das classes médias, fomentando a ANL em um programa de mudanças que defendia como bandeiras de luta: as garantias de liberdade para o povo que criaria um governo voltado as suas necessidades; o não reconhecimento dos pagamentos da dívida externa; a reforma agrária; e a estatização das empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil.

A resposta das elites brasileiras foi dada em abril de 1935, com a aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN), concedendo poderes ao Estado para reprimir qualquer tipo de manifestação da classe operária. Devido aos acontecimentos, os membros da ANL tentaram um levante armado, mas sem o apoio popular foram facilmente derrotados.

Aproveitando o momento, Vargas decretou estado de sítio, intensificou a repressão, liquidou o Partido Comunista, fechou sedes de sindicatos combativos, ou seja, quebrou a espinha dorsal do movimento operário brasileiro e instituiu uma ditadura. Após isto, o governo acelerou o processo de cooptação e controle de dirigentes sindicais através do Ministério do Trabalho, transformando os sindicatos em entidades de assistência social, com a função de atrair os trabalhadores ofertando serviços dos quais o Estado era deficiente:

Além de colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social, de manter serviços de apoio jurídico para os sócios e de promover a conciliação nos dissídios de trabalho, os sindicatos devem oferecer assistências médica, dentária, hospitalar e farmacêutica, auxílio funeral, programas de assistência à maternidade e de prevenção de acidentes de trabalho, cooperativas, bibliotecas, creches, colônias de férias e centros de recreação, atividades desportivas e sociais, formação profissional e até bolsas de estudo. (GENNARI, 2008, p.51)

Neste ínterim, transformando sindicatos combativos em órgãos beneficentes controlados pelo governo, Vargas desconstruiu totalmente o papel destes. As novas máquinas sindicais elaboradas por Vargas, por consequência, criaram as bases e desenvolveram o chamado “peleguismo sindical”, sintetizadas em sindicatos inertes, sem movimento, sem participação dos trabalhadores, ou seja, organizadas a partir da dominação e das necessidades das elites impedindo, com isso, a própria organização dos operários (GENNARI, 2008).

A partir de 1942, vários fatores vão se somando e criando dificuldades para a manutenção de Vargas no poder. De um lado, com o fim da Segunda Grande Guerra, tanto setores do exército, quanto boa parte da sociedade civil começaram a reivindicar a redemocratização, demonstrando a impossibilidade de Vargas manter-se como ditador. Por outro lado, Vargas, após aprovação da “Lei Antitruste” – que visava o controle do grande capital pelo Estado brasileiro – perdeu o apoio das burguesias nacional e internacional.

No tocante a política cooperativista, em 1943, foi fundada a Caixa de Crédito Cooperativo, destinada a fomentar o cooperativismo no país (BÚRIGO, 2007).

Já em 1945, as elites e os militares, preocupados com os rumos do governo de Vargas, o depõem e, entre outras medidas, restabelecem a pluralidade sindical numa tentativa de conter o operariado (GENNARI, 2008).

Por outro lado, a política de conciliação que era executada pelo PCB em parceria com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com vistas a manter fortalecida a relação do primeiro com setores progressistas da elite e com os populistas a fim de perpetuar seus nichos no poder, foi taticamente quebrada pelo PCB devido às pressões da classe trabalhadora. E o PCB, no início de 1946, através da criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) volta a empunhar a bandeira operária, mas de forma tímida.

Uma nova fase de repressão e cooptação foi estabelecida em meados de 1946, com a posse do General Dutra e a aprovação de uma nova Constituição, pois nesta foi reafirmada a estrutura sindical herdada de Vargas e, com isto, Dutra utilizou o Ministério do Trabalho para intervir nos sindicatos, reprimir as greves e desmobilizar o movimento operário que, sem alternativa, voltou a atuar na clandestinidade.

Outra característica marcante deste governo foi à adoção de vários princípios liberais na economia e um alinhamento ideológico com os Estados Unidos, em contraposição ao intervencionismo nacionalista praticado no governo anterior (DRAIBE, 2004).

Em 1950, Vargas retornou à presidência, via eleições, mas com uma nova estratégia política que visava privilegiar tanto as elites nacionais industriais e rurais, quanto às massas populares. Mas em 53 seu governo já estava bastante abalado, devido à recessão que levava uma grande parcela do operariado a se mobilizar, e devido ao atrelamento das elites locais ao capital estrangeiro, derrotando seu projeto “nacional desenvolvimentista”.

Nacionalmente, com relação ao cooperativismo de crédito, Vargas em 1951 ampliou os poderes da Caixa de Crédito Cooperativo, transformando-a no Banco de Crédito Cooperativo (BCC). Este operava com a participação de 60% do seu capital oriundo da União e 40% das sociedades cooperativas, porém o BCC não se transformou num banco comercial. Seu funcionamento foi exclusivo ao apoio às cooperativas agropecuárias, devido as suas limitações legais e estruturais (BÚRIGO, 2007).

Com o aumento das mobilizações trabalhistas de um lado, e com o aumento das pressões do capital nacional e estrangeiro com apoio de setores do exército, de outro, em 1954 Vargas sucumbiu e se suicidou, tornando-se seu sucessor, devido a pleito eleitoral, em 1956, Juscelino Kubitschek (JK), tendo como vice João Goulart (Jango) que era o ex-ministro do trabalho de Getúlio (DRAIBE, 2004).

Diferentemente de Getúlio e de sua estratégia de desenvolvimento industrial que se valia da presença do capital internacional, porém com o mínimo de influência destes nos centros de decisão, JK utilizou uma estratégia desenvolvimentista oposta, que delegava os setores-chave da economia aos agentes externos, sendo que esta postura política:

privilegiou a entrada maciça do capital estrangeiro nas áreas novas, sob o envoltório ideológico do desenvolvimentismo, promovendo a profunda internacionalização da

economia (...). Mas essa forma assimétrica de composição do capital estatal, do capital privado nacional e do capital estrangeiro era uma equação bastante diferente da que se desenhara no período varguista. (DRAIBE, 2004, p. 232-33)

O Plano de Metas (...) se baseou numa associação estreita ao capital estrangeiro e num alinhamento automático com os EUA no âmbito estratégico. A industrialização impulsionada por JK, nesse sentido, fazia de seu nacional-desenvolvimentismo, muito mais um desenvolvimento-associado. (VIZENTINI, 1995, p.135)

Ou seja, mesmo que a proposta defendida por JK no Plano de Metas abordasse investimentos na produção de alimentos, na educação, na saúde, na moradia popular e numa melhor distribuição de renda, muito pouco foi feito. O grosso do investimento neste período foi voltado à ampliação do setor público – insumos básicos - e na infraestrutura do país, a fim de atrair o capital externo.

Para tanto, o governo JK fez vultosos empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e em bancos estrangeiros, mas como o país não possuía lastro suficiente à utilização da emissão de moeda para fazer frente aos compromissos da dívida traduziram-se em uma inflação elevada, corroendo o poder de compra dos salários e piorando as condições de vida dos trabalhadores. Ou seja, devido aos grandes investimentos a economia brasileira cresceu e gerou oportunidades de emprego, porém a riqueza produzida ficou cada vez mais concentrada, revelando que o desenvolvimento nacional gerado pelo governo JK se constituiu devido ao empobrecimento forçado da classe operária (GENNARI, 2008).

Outro elemento que contribuiu para a piora das condições de vida dos trabalhadores foi à migração campo-cidade, intensificada devido a não realização da reforma agrária e a geração, como consequência, do aumento das periferias urbanas, com a expansão das favelas.

Frente ao cenário desanimador o descontentamento social ganhou volume, mas foi atenuado, ora via violência policial, ora via mediação das Delegacias Regionais de Trabalho (DRT), e por último via maior número de oferta de empregos nas regiões mais industrializadas do país.

No tocante ao movimento operário do período, foi feito um esforço em conceber uma articulação política de forças capaz de gerar novos vínculos de solidariedade entre as diversas categorias trabalhistas e visando o fortalecimento das comissões de fábrica a fim de não permitir o controle institucional executado pelas cúpulas peleguistas em conluio com o Ministério do Trabalho.

Com relação às políticas destinadas às cooperativas de crédito no período que vai de 1932 a 1964, estas se assemelhavam as das instituições bancárias, devido às liberdades comuns de que as mesmas dispunham e, por isso, houve um grande aumento quantitativo das primeiras, mesmo tendo seus objetivos diferenciados ou não possuindo relação, em vezes, com a produção agrícola. No final desta fase, se destacaram especialmente as cooperativas de crédito mútuo do tipo Dejardins (SANTOS, 2005).

No tocante às cooperativas de crédito mútuo, elas surgiram no país com intensidade a partir de 1961, primeiramente nas regiões Nordeste e Sudeste (BÚRIGO, 2007).

No início da década de 1960 com o fim do governo JK, um novo momento político se iniciou, com a eleição e a abrupta renúncia de Jânio Quadros. Além deste período herdar uma grande instabilidade provocada pela desestabilização econômica oriunda do período anterior – aumento da taxa de inflação, aumento do déficit público e problemas na balança comercial – tal ato de Jânio gerou um clima de tensão em todo o território brasileiro, pois de um lado, inúmeras greves, desencadeadas pelo movimento sindical, tentavam garantir a posse do vice João Goulart, o mesmo de JK, enquanto, de outro lado, as elites apoiadas por setores do exército articularam-se para impedir que Jango assumisse o poder (ABREU, 1990).

Em meio a pressões internas e externas a saída que o Congresso Nacional encontrou foi empossar Jango, mas com outro sistema de governo, o parlamentarismo. Porém, distante de silenciar a população, em meados 1962, via Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), às pressões internas se avolumaram sob as bandeiras, tanto do retorno ao presidencialismo, quanto por aumentos reais de salários, pelo congelamento dos preços e pela reforma agrária (GENNARI, 2008).

A maioria dos brasileiros escolheu, via plebiscito, retornar ao presidencialismo no início de 1963, com isso, o CGT apoiado pelo PCB se aproximou estrategicamente do presidente com o intuito de somar forças a fim de viabilizar reformas de base. Devido às várias mobilizações operárias as cúpulas, tanto do CGT, quanto do PCB, criaram uma falsa impressão sobre seu poder de persuasão das massas, enquanto Jango tentava administrar a instabilidade política instalada nos poderes Executivo e Legislativo. No início do ano seguinte, grandes mobilizações, tanto do movimento trabalhista apoiando o governo Jango, quanto das elites, da Igreja e da classe

média alta, reivindicando o retorno às políticas tradicionais conservadoras, revelaram o caos político instalado no país, descambando, em março, no golpe militar.

Um pouco antes dos militares darem o golpe o governo Jango começou a lançar decretos e medidas restritivas ao surgimento de cooperativas no Brasil, suspendendo as autorizações para a fundação de novas cooperativas de crédito ou de seções de crédito (BÚRIGO, 2007).

Antes do golpe o CGT e o PCB previram o movimento dos militares e das elites, mas como suas forças políticas não estavam fortalecidas o suficiente, sequer para manter uma organização clandestina de resistência, os líderes do movimento sindical e do partido comunista foram presos e as reações por parte dos trabalhadores foram inexpressivas.

A ausência de reações significativas por parte do operariado surpreende a própria cúpula do exército. A capacidade de paralisar as atividades econômicas do CGT baseada em questões salariais, nas greves dos transportes e nas articulações de cúpula, que haviam alimentado a ilusão de uma resposta à altura por parte das massas em caso de golpe, acaba de evidenciar toda a sua fragilidade. Sem organização de base e com a repressão mostrando as garras, a suposta resistência da classe operária se desfaz como um castelo de cartas atingido pelo vento. (GENNARI, 2008, p. 59)

Logo após a implantação do golpe de março de 1964: as universidades foram tomadas pelos militares; as sedes da União Nacional dos Estudantes foram fechadas juntamente com o CGT; confederações, federações e uma grande parcela dos sindicatos foram interditados; eleições para governo estadual e presidente da Nação foram canceladas; os treze partidos que existiam legalmente foram extintos, sendo que em seus lugares foram fundados pelos militares a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com intuito de legitimar as políticas advindas da ditadura, ou seja, foi realizada uma verdadeira limpeza de área para conduzir a nação de acordo com as exigências do capital interno e externo.

Com o regime militar, iniciou-se um novo momento econômico e político no seio do país, pois os militares, com um programa de estabilização que visava à redução da taxa de inflação, mas mantendo o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), tinham uma estratégia clara de se perpetuar no poder, e para isso, era vital a manutenção do projeto desenvolvimentista. (RESENDE, 1990).

Através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) a ditadura introduziu tanto os elementos de ajuste na diretriz econômica do país, como as medidas urgentes para a

promoção de reformas institucionais do Estado, a fim de restabelecer mecanismos para o financiamento deste, reafirmando, assim, o compromisso assumido no período JK com o “modelo capitalista internacional-desenvolvimentista” e colocando o Brasil novamente na rota do desenvolvimento associado.

Alguns pontos chave para a eficácia da estratégia eram: controle da política monetária, tendo em vista o controle do processo inflacionário; reformulação da política bancária, com ênfase no fortalecimento do sistema bancário com a criação do Banco Central e concentração dos bancos comerciais; incentivo a política de investimentos públicos, orientado, *à priori*, para a infraestrutura nacional, dando suporte ao setor produtivo (energia, transporte, siderurgia, comunicação, petroquímica).

No tocante as cooperativas de crédito, aumentou a preocupação do regime militar com relação às atividades de muitas instituições, devido às experiências mal sucedidas, sendo que, não diferente de outros setores, o regime militar intensificou a ação de fiscalização e intervenção estatal, tanto na autorização, quanto no funcionamento das cooperativas de crédito. Além disso, muitas destas foram encerradas, principalmente as do tipo Luzzatti, por utilizarem “Banco” na sua denominação (SANTOS, 2005).

Por um lado, a reforma bancária instituída pela ditadura inseriu a possibilidade da criação de novas cooperativas, mas sobre outras bases, se levado em consideração a já consolidada cultura cooperativista creditícia, pois tal reforma estabeleceu uma série de exigências burocráticas para autorizar o funcionamento das cooperativas, inviabilizando o formato existente. Por outro lado, o governo militar facilitava para os bancos comerciais, ajudando-os a se adaptarem as novas exigências sem grandes percalços. Tal decisão se pautou: pela falta de confiança do governo militar na participação das cooperativas de crédito no novo sistema financeiro que estava se reestruturando, já que as mesmas não demonstravam sinais de capacidade administrativa; ou pelo fortalecimento de iniciativas associativas que pudessem representar um obstáculo ao regime autoritário em vigor; ou ainda pela pressão dos bancos comerciais que não tinham interesse na consolidação de instituições que pudessem aumentar a concorrência dentro do setor financeiro nacional em expansão (BÚRIGO, 2007).

Frente a este novo contexto, mais da metade das cooperativas do tipo Raiffeisen foram extintas no Sul do país. Também as do tipo Luzzatti foram seriamente atingidas, o que resultou

na liquidação da maioria das instituições existentes, sem contar com a proibição da constituição de novas cooperativas de crédito deste tipo (SANTOS, 2005).

Sendo assim, tanto a recessão econômica, quanto a política salarial que o governo adotou, corroeram o poder de compra dos salários e levaram a uma piora nas condições de vida dos trabalhadores enquanto o capital estrangeiro foi altamente impulsionado. E colaborando com o modelo, no final de 66, a ditadura lançou um programa de renovação sindical que, através das ações do Ministério do Trabalho, deram vida a mais de 500 sindicatos “fantasmas”, urbanos e rurais, com objetivo de esvaziar o movimento operário (GENNARI, 2008).

Finalmente, em 1967, os militares legalizaram todas as medidas repressivas implementadas desde 1964, durante regime autoritário, através da aprovação de uma nova Constituição Federal. Neste período, a deterioração das condições civis, de trabalho e, sobretudo, de vida dos trabalhadores geraram grandes descontentamentos, que deram origem a dois movimentos paralelos: um pela cúpula sindical, que logo foi desmascarado e esvaziado; e outro foi pela base, que começou a resgatar as lições do passado. E diante do surgimento destas manifestações, do descontentamento que começou a pipocar por vários setores da sociedade, do radicalismo de grupos de esquerda e de vários desgastes internos induzidos pela própria política econômica adotada pelos militares, a ditadura ficou sem apoio e optou pela repressão e pela violência como forma de se manter no governo e de aniquilar a oposição.

3.3. Ajustes do regime militar na economia brasileira ao início do neoliberalismo

Através da implantação do regime militar (1964-67), iniciou-se uma nova fase na economia brasileira, identificada, em grande parte, pelos ajustes severos na diretriz econômica, mas, sobretudo, pela retomada do projeto de desenvolvimento associado, de longo prazo, levando o Brasil a um novo estágio econômico (RESENDE, 1990).

No campo político, a ditadura optou pela força bruta para aniquilar a oposição, e em 1968 seu maior instrumento para tanto foi à aprovação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que concedeu aos militares poderes para fechar o Congresso Nacional, suspender todas as garantias individuais e submeter à censura prévia todos os meios de comunicação (GENNARI, 2008).

Em 1969, assumiu a presidência da nação o general Emílio Garrastazu Médici, se apoiando sobre dois pilares: no campo econômico, executou grandes obras de infraestrutura que serviram para atrair ainda mais o capital externo, viabilizando um crescimento sem precedentes, denominado pelos estudiosos como “milagre econômico”, enquanto que no campo político, enrijeceu a repressão.

Impulsionada pelas bem estruturadas e modernizantes reformas, do ponto de vista do capital, introduzidas pelos militares no período anterior, de um lado, a economia nacional cresceu numa média de 10% ao ano e a submissão da força de trabalho frente à legislação trabalhista atraiu expressivamente as multinacionais para o país, enquanto, por outro lado, a falência de inúmeras indústrias nacionais, os investimentos destinados ao setor exportador e os benefícios ao latifúndio levaram a uma diminuição da produção dos bens ofertados a população mais pobre.

Mesmo com o aumento da produtividade e do emprego, os níveis salariais se mantiveram baixos e a inflação do período corroeu o poder de compra do operariado que mal conseguia reproduzir a sua força de trabalho perante o capital:

Se, em 1960, os 5% mais ricos da população detêm 28,4% da riqueza nacional, em 1976, quando o milagre econômico mostra sinais evidentes de sua falência, o primeiro grupo tem sua fatia elevada a 39% do Produto Interno Bruto. Não por acaso o país cresce, os ricos demonstram sua opulência, mas a base da pirâmide social se vê obrigada a sobreviver em condições precárias. (GENNARI, 2008, p. 62)

Neste ínterim, ficou explícito através da veiculação oficial dos institutos brasileiros de pesquisa que o “milagre econômico” se consolidou na medida em que teve como sustentação a mais severa exploração da classe operária, pois diante do ritmo acelerado de produção e das longas jornadas de trabalho a resultante foi a precarização das condições de vida dos trabalhadores e a atribuição do título ao Brasil de campeão mundial em acidentes do trabalho.

Além disso, estes assalariados não podiam contar nem com os serviços de responsabilidade do Estado, como educação, saúde, segurança, transporte, saneamento básico e outros, devido aos cortes no orçamento público, o que tornavam os mesmos de baixa qualidade; nem com os sindicatos, devido à repressão, as ações do Ministério do Trabalho e ao peleguismo, servindo os mesmos apenas como órgãos de assistência.

Para contrapor esta tendência restou aos operários a organização de base em duas frentes: de um lado, se buscou gestar comissões e grupos de trabalhadores que fariam a luta e a resistência coletiva com o enfrentamento direto contra o governo e o patronato; e de outro lado, foi estimulada a mobilização e a conscientização do movimento a fim de construir, via fatos políticos, um sindicato combativo, independente, e forte o suficiente para avançar e melhorar os direitos da classe trabalhadora, buscando com isso, uma mudança estrutural no *status quo* social. (GENNARI, 2008)

Em 1974, sob o comando do general Ernesto Geisel, tornaram-se aparentes os sinais de esgotamento do milagre econômico devido à crise internacional que foi potencializada pelos elevados preços do petróleo.

Mesmo assim, o rápido e amplo crescimento econômico do período anterior norteou a estratégia de desenvolvimento do período 1975-1979, representadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e que demonstrava uma clara projeção da euforia com o “milagre econômico” de 1969/73. Além disso, o segundo PND, em seu núcleo, guardava inúmeras semelhança com o outro projeto, nacional-desenvolvimentista da década de 1950 e em parte, também se assemelhava nas conotações ideológicas (LESSA, 1998).

Devido às pressões externas a partir de 74, ocorreu um aumento inflacionário seguido de uma política de arrocho salarial que pioraram as condições de vida do operariado e geraram descontentamentos por todos os lados, ou seja, ocorreu uma deterioração no custo de vida devido a aumentos nos preços dos produtos básicos, como alimentos, remédios e transportes, o que colocou em ebulição maior a sociedade (GENNARI, 2008).

Diante destes fatos, a Igreja Católica também se engajou através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) situadas nas regiões periféricas das grandes cidades, e denunciava as injustiças oriundas da má distribuição de renda, formando uma parcela da militância que se vincularam, posteriormente, aos sindicatos e as lutas populares.

Em 1977, devido a uma falsificação nos índices de inflação do Brasil, que chegaram a mais de 34%, revelados pelo Banco Mundial, ocorreu uma retomada por campanhas salariais. No polo industrial de São Bernardo do Campo (SP), por exemplo, tais campanhas chegaram a contar com 5.000 operários nas Assembleias.

No decorrer de 1978, devido ao descontentamento popular crescente e da derrota eleitoral nas eleições municipais de 1976, o governo militar cancelou as eleições para os Governos estaduais. Logo após, em 1979, tal descontentamento repercutiu na intensificação das lutas trabalhistas, deixando aparente que a classe operária exigia mudanças profundas.

A repressão que foi imposta ao movimento operário não o silenciou e o regime militar se viu obrigado a decretar um reajuste automático de salários, que foi paulatinamente devorado segundo aumentavam os patamares da inflação e, apesar da repressão imposta pela ditadura e pelos patrões, a militância do movimento sindical tinha a clareza de que não seria possível ter um movimento sindical independente e forte se o mesmo não possuísse como base uma sólida organização no local de trabalho.

Retornando as lições do passado, a ação da militância se caracterizou, não por decisões de cúpula, de cima para baixo, mas pelo esforço em estabelecer relações de confiança e amizade a fim de moldar, a partir do debate, um consenso entre as várias posições presentes no movimento e um tratamento aos trabalhadores de forma adulta, sem esconder os riscos inerentes à luta, buscando, sobretudo, somar as vontades dispersas em um mesmo ideário. A dinâmica colocada em curso por tal compreensão gerou um processo de discussão e construção de um projeto que visava à solidariedade:

como prática que une a militância e como caminho para ganhar a confiança dos colegas e abrir um canal de comunicação que, aos poucos, permite descobrir as pessoas nas quais é possível confiar; o compromisso com a informação ampla e precisa, dirigida ao trabalhador coletivo; um processo decisório que envolve e compromete o maior número possível de operários e operárias para que assumam em primeira pessoa as ações de luta e resistência que se fazem necessárias; a eleição clandestina de representantes que sejam pessoas responsáveis e prestem contas de seus atos aos representados; e a construção de mecanismos que garantam a liberdade de expressão das diferentes opiniões. (GENNARI, 2008, p.70)

Este processo, ao ter como sustentação valores comuns, critérios de análise e ao ser realizado em diversas fábricas simultaneamente, consolidou uma identidade comum e coletiva, tanto entre as organizações de base, como pelos militantes de fora do ambiente da empresa, colocando a massa em movimento, e esta nas ruas clamou por mudanças profundas que alterassem a ordem político-econômica da nação.

A ditadura, apoiada pelas elites e pelos pelegos sindicais tentaram sufocar o movimento em curso, que no ano de 1978, avolumou-se, com cerca de 3,2 milhões de trabalhadores aderindo às greves, como maneira de se contrapor as condições precárias de vida, à opressão do regime militar e a estrutura sindical falida.

Pós 1978 as linhas de atuação do movimento sindical definiram-se nitidamente, de um lado, com um bloco integrado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), PCB e Partido Comunista do Brasil (PC do B), uma dissidência do PCB, pelegos sindicais e setores reformistas que atuavam na legalidade, dando vida a uma articulação denominada Unidade Sindical, cuja linha de atuação permeava a consolidação de um pacto social que unisse os trabalhadores brasileiros contra o capital estrangeiro e contra as políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Para que isso ocorresse, era necessário que as máquinas sindicais melhorassem sua atuação, porém evitando ações que confrontassem os patrões e o Governo (GENNARI, 2008).

Por outro lado, formou-se o bloco dos “Autênticos”, ou seja, o “sindicalismo combativo” disposto a questionar e enfrentar a política governamental e patronal através das greves, não acreditando em pacto social e com o objetivo de tomar as máquinas sindicais e colocá-las a serviço dos trabalhadores. Tal grupo era composto por sindicalistas “extremamente combativos”, que não tinham ligação direta com a esquerda organizada e não se alinhavam às posições reformistas, pois enxergavam o mundo sob um olhar classista, percebendo, por isso, a impossibilidade de conciliar os interesses dos patrões aos dos trabalhadores.

Na tentativa de unificar estes militantes combativos sob uma única bandeira, realizou-se em 1979 o Encontro Nacional das Oposições Sindicais e o Encontro Nacional dos Trabalhadores contra a estrutura sindical oficial.

No início de 1980, tanto a inflação assustadora quanto o elevado desemprego, decorrente da deterioração da situação financeira do Estado, do endividamento do setor público e da fadiga dos instrumentos de ação do governo sobre a economia, desencadearam uma piora na condição de vida dos trabalhadores que reagiram através de grandes mobilizações e sofreram uma grande repressão como resposta do governo militar (CARNEIRO, 1990).

Pelo ângulo do cooperativismo de crédito, mesmo que restasse um número expressivo de cooperativas ainda em funcionamento no início dos 80, estas não demonstravam grande

expressão no sistema financeiro nacional e seu funcionamento era regulado demasiadamente. Sua atuação era de forma isolada, por isso não encontravam forças para transpor o cenário em que se encontravam, sendo que a tendência, era pelo fechamento das cooperativas ainda existentes (PAGNUSSATT, 2004).

O período que o setor agrícola brasileiro atravessava era de crise estrutural, com expectativas nada satisfatórias, especialmente no Sul, com forte concentração na produção primária. Mas em 1980 iniciou-se a reestruturação das cooperativas de crédito em sistemas, com a fundação da Cooperativa Central de Crédito no Rio Grande do Sul (COCECRER\RS) (SANTOS, 2005).

O Estatuto Social e Regimento Interno da nova Central conferiam às cooperativas singulares a função de prestação dos serviços de atendimento aos associados, deixando a cargo da Central a gestão financeira em escala e os serviços de formação dos recursos humanos, de supervisão e os jurídicos (PAGNUSSATT, 2004).

Neste ínterim, as forças combativas da esquerda se viram obrigadas a discutir a criação de um novo partido político capaz de traduzir a voz e a força que emanava das lutas e das mobilizações da classe. Em paralelo, a Unidade Sindical “requeitou” um projeto oriundo de 1977 o qual sinalizava a realização da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), envolvendo suas bases de atuação e as bases combativas dos sindicatos de luta.

Em meados de 1981 foi realizada a Primeira Conclat em que duas posições divergentes se confrontaram e apontaram dois caminhos distintos para orientar o movimento operário:

O bloco dos Autênticos defende a necessidade de apressar o passo rumo à construção de uma greve geral e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como caminho para superar a estrutura sindical existente e ampliar os direitos do operariado. Por outro lado, a Unidade Sindical marca posição contra a greve geral (na medida em que esta inviabilizaria o pacto social com a burguesia nacional), reafirma que a unidade da classe deve ser obtida a qualquer preço e propõe o adiamento de toda decisão sobre a criação da central sindical. (GENNARI, 2008, p.72)

Deste debate ampliado, num esforço para os dois blocos unirem forças, se originou uma comissão nacional que foi encarregada de reunir as condições necessárias a fim de fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e marcar a greve geral, porém com a inércia perceptível do bloco reformista, os combativos deram sequência nas lutas contra a política governamental.

Logo após, em 1983, foi fundada a nova central que nasceu sob a bandeira “democrática, classista e de massa”, visando ser capaz de unificar as lutas, de ampliar o poder de ação da classe e de contribuir substancialmente para uma mudança profunda da sociedade.

Portanto, com o fim dos anos 1970 e do milagre econômico terminou também o poder sem limites, sem prestação de contas, sem incômodos da imprensa livre, sem compromissos políticos a criar entraves, ou seja, praticamente sem oposição ao regime político-econômico ditatorial, porém tais anos revitalizaram o movimento dos sindicatos que, nos anos seguintes, tiveram de mostrar todo o seu aprendizado a fim de se contrapor à “década perdida”, ou seja, a década em que no Brasil, o capital se reestruturou produtivamente e implantou um novo projeto político-ideológico, o neoliberalismo (SAMPAIO, 2001).

Posteriormente, após meados de 1985, se aprofundaram as mudanças na nação, no cenário econômico, a nível macroeconômico, o país teve quatro importantes planos (Cruzado, Bresser, Verão e Collor) que representaram apenas um estancamento temporário da inflação, sem atacar os focos de pressão inflacionária no médio prazo.

No período, houve a introdução da acumulação flexível na qual o processo produtivo trafegou:

(...) da ideia geral de centralidade, homogeneidade, padronização, sociedade de massas, ausência de escolha e totalitarismo do fordismo” para a “ideia de descentralização, individualidade, integralidade, e liberdade das sociedades tecnificadas, proporcionando aos indivíduos uma aparente alternativa de escolha”. (SAMPAIO, 2001, p. 138)

E no cenário político, com a introdução do neoliberalismo, os quadros da militância com tradição de luta e organização foram identificados e praticamente varridos das empresas. Com sua ausência no chão de fábrica, o movimento operário começou a se esvaziar da base para o topo.

Por outro lado as lideranças combativas conquistaram várias máquinas sindicais importantes, mas ao ter o controle das mesmas, herdaram os seus problemas, e esses se somaram as dificuldades encontradas nas dinâmicas de luta já existentes (GENNARI, 2008).

Neste período, devido aos demasiados problemas e atividades intensas a frente dos sindicatos, parte dos dirigentes foi liberada para a exclusiva atividade sindical. Outra mudança profunda, trazida pela hiperatividade dos dirigentes sindicais foi à introdução dos carros de som e boletins informativos em substituição ao envolvimento direto com o operariado.

Neste contexto, cada vez mais distante do cotidiano do chão de fábrica, os dirigentes se afastaram da organização de base e contribuíram, mesmo que com desejo de ajudar os trabalhadores a avançar na ampliação de direitos, para que novas formas de paternalismo se instaurassem nas relações sindicais e muitas variações distorcidas destas se manifestaram mais claramente no final da década de 80, e entre elas evidenciaram-se:

Em primeiro lugar, encontramos uma ideia de representação mais fictícia do que real. Se isso não bastasse, a base é chamada prioritariamente a referendar o que já foi decidido pela cúpula.

Quando ser combativo é ser representativo e, por isso mesmo, a liberação do trabalho se torna imprescindível, o diretor de base, que não conta com esta regalia, tem seu esforço sistematicamente colocado em segundo plano. Além do desânimo de quem se sente condenado a ser trabalhador mesmo sendo dirigente, sua meta política não é organizar a base, mas sim se credenciar para fazer parte do seleto grupo de diretores liberados pela entidade.

Último, mas não menos importante, se ser combativo é ser representativo, e ser combativo e representativo são características que possibilitam a liberação do trabalho profissional e a participação em esferas distantes dos trabalhadores comuns, a carreira sindical começa a tornar-se algo a ser desejado e assegurado com todas as forças. Desta forma, vai diminuindo cada vez mais tanto o número de pessoas da categoria que se atrevem a criticar publicamente a atuação e as propostas dos dirigentes como o das que são capacitadas a integrar na próxima chapa.

Esta dinâmica perversa, de um lado, acaba confirmando indefinidamente no cargo os mesmos dirigentes que, quando oposição, criticavam o pelego por querer se eternizar no poder, e obriga quem resta a *catar a laço* trabalhadores e trabalhadoras que, sem nenhuma experiência de luta, se dispõem a fazer parte da nova direção. De outro, como o cotidiano da burocracia sindical exige tempo, e a maior parte das questões é encaminhada pela via institucional, o processo de burocratização dos dirigentes se acelera trazendo consigo o fortalecimento da submissão à estrutura sindical e à lógica por ela implementada. (GENNARI, 2008, p.76)

Retornando a 1985, as campanhas salariais e tudo o que dependia destas, somadas a reivindicação pela redução da jornada de trabalho levaram as greves mais de seis milhões de operários, porém com a derrocada da ditadura e o retorno da via eleitoral como alternativa para à efetivação de mudanças sociais de maior amplitude, além do fato da ausência do movimento na base e de inúmeras concessões patronais, a fim de manter o controle sobre os trabalhadores, as lutas promovidas pelos sindicatos deixaram de ter o viés político mais revolucionário, questionando e desmistificando o papel do Estado e a ordem social capitalista estabelecida para ter, em sua grande maioria, um caráter puramente reformista (GENNARI, 2008).

Neste íterim, começou a se moldar o “sindicalismo propositivo”, que em outras palavras significou a incorporação pelos sindicatos das preocupações com os investimentos e a saúde

financeira das empresas a qual os trabalhadores vinculados às entidades faziam parte, além da apropriação dos conceitos de produtividade, lucratividade e competitividade para a elaboração das reivindicações trabalhistas.

Dentro desta lógica, o Partido dos Trabalhadores (PT) também começou a vincular a sua intervenção político-partidária aos ditames eleitorais das elites, com vistas às “Diretas Já”, subordinando, conseqüentemente, a intervenção da CUT. Nesta lógica, a Central se tornou incapaz de desmascarar os verdadeiros interesses por traz da campanha pelas Diretas e as possibilidades efetivas de resolução dos problemas do movimento operário, visto que as posições da CUT haviam se dissolvido e se assemelhado as defendidas pelos setores progressistas da burguesia (GENNARI, 2008).

Derrotada a emenda das Diretas pelo Congresso Nacional – sob o controle das elites – restou apenas aos trabalhadores à ilusão futura de que um presidente eleito pelo operariado modificaria a ordem estabelecida. Por outro lado, tanto o capital, como o Estado, continuavam a reprimir violentamente qualquer foco remanescente de resistência organizada. Além da força, o refluxo ao qual o movimento sindical estava adentrando foi acelerado pela ação institucional da Justiça do Trabalho.

Quanto à postura do capital frente aos sindicatos e aos trabalhadores, como citado anteriormente, houve uma progressiva mudança:

Longe de evitar o conflito de interesses entre patrões e funcionários, as novas posturas empresariais se propõem a administrá-lo, controlá-lo e domesticá-lo a tal ponto que as saídas encontradas deixam transparecer que trabalhadores e empresários estão no mesmo barco e que a realização dos primeiros está vinculada ao sucesso dos segundos. Esta percepção tem como base a constatação de que ao trabalhador não interessa reivindicar o impossível e ao empresário não interessa resistir ao possível e que, ao se manterem no âmbito econômico-corporativo, os movimentos não devem ser vistos como ameaça, mas sim como sobrevivência e aperfeiçoamento do sistema capitalista. Neste novo projeto não há espaço para os velhos pelegos na medida em que estes não gozam de representatividade real junto à base e, tanto o conformismo como a passividade promovida por suas atitudes conciliadoras, não evitam o surgimento de lideranças que levam a luta por caminhos imprevisíveis. O dirigente sindical almejado pelos patrões é capaz de ouvir suas bases, listar os problemas e negociá-los com atitudes pragmáticas. A compensação dos gastos empresariais vai se dar na medida em que um transporte confortável, refeições balanceadas e um amplo serviço de assistência garantem o progressivo aumento da produtividade e a adesão dos funcionários à lógica da empresa. (GENNARI, 2008, p.80)

Ou seja, com as novas ferramentas de coerção que foram implantadas pelo capital nos espaços laborais o sindicato deixou de se fazer necessário nas vidas dos trabalhadores que começaram a se sentir autorrealizados na medida em que aumentavam sua integração e participação nos objetivos e resultados das grandes empresas e, diante de tais dificuldades, restou aos sindicatos concentrarem seus esforços nas pequenas e médias empresas que ainda possuíam um gerenciamento repressor, o que acarretou num declínio ainda maior do movimento se levado em consideração à correlação de forças (GENNARI, 2008).

Ainda no final dos 1980 a nova Constituição admitiu a criação dos sindicatos de servidores públicos, mas esses se constituíram espelhando-se em exemplos do movimento operário já em decadência. Mesmo com a perspectiva de promover alguma modificação estrutural, tais sindicatos também não conseguiram superar os limites econômico-corporativos aos quais estavam inseridos, se mostrando, portanto, incapazes de dialogar com as outras categorias ou com a população, já que as suas ações, sua estruturação e sua dinâmica de intervenção estavam alicerçadas em um movimento em descompasso.

Desta forma, se instaurou definitivamente o refluxo no movimento operário, que conseguia, quando muito, apagar incêndios ou considerar vitoriosas, ações plenamente defensivas. Tal processo se ampliou e se aprofundou ao longo dos anos 1990, pois a organização dos trabalhadores limitou-se com maior frequência ao imediatismo, ao paternalismo e ao clientelismo, sendo incapaz de confrontar as propostas empresariais ou criar propostas de mudança que conseguissem desvelar os interesses do capital.

3.4. Do neoliberalismo ao cooperativismo de crédito solidário

Depois da segunda metade dos anos 1980 na América Latina, especialmente no Brasil, começou a ser preparado o terreno no intuito de se consolidar uma ideologia socialmente nefasta, porém decisiva para a reestruturação do capital a nível mundial, o neoliberalismo (SAMPAIO, 2001).

Tal projeto político e ideológico, em resumo, ganhou espaço com a crise do “nacional-populismo e com a derrota do socialismo”. Foi implantado no mundo inteiro com uma

intensidade diferenciada, porém suas características gerais são assemelhadas, senão idênticas: a abertura comercial, a redução dos impostos sobre o capital especulativo, o controle sobre a emissão monetária, o crescimento das taxas de juros, a privatização do setor público, o crescimento das taxas de desemprego, a repressão às greves, o controle sindical e a redução nos gastos sociais, ou seja, tal projeto tem como meta: a liberdade de mercado; a liberdade de circulação de capitais; e a desregulamentação total das economias nacionais (SAMPAIO, 2001).

As implicações deste projeto ideológico, que apoiou um amplo processo de reestruturação produtiva, foram percebidas pelos trabalhadores, não só na materialidade, mas profundamente na subjetividade, ou seja, afetou a sua “forma de ser”. De um lado, avançou o desemprego, o que significou para os assalariados menos postos de trabalho disponíveis. Significou também a pressão sobre aqueles trabalhadores que detinham os empregos com o aumento da competição entre estes. Neste bojo, cresceu o trabalho terceirizado, com corte de salário e direitos “flexibilizados”, enquanto diminuiu drasticamente o com prazo indefinido. Também se ampliou o trabalho informal sem nenhum direito, ou seja, a degradação do trabalho proveniente de tal projeto elevou drasticamente os níveis de precarização da classe trabalhadora, deixando-a fragmentada e desmobilizada, repercutindo profundamente no movimento sindical (ANTUNES, 1997).

Em 1989, quando o projeto político, democrático e popular da esquerda brasileira foi derrotado, aconteceu de fato a introdução do neoliberalismo no país sob o comando do governo Collor, que com um discurso de levar a nação à modernidade, apostou na recessão como meio de vencer a inflação e frente à crise, o capital em solo nacional, tanto pressionou o governo, quanto se adequou internamente, como forma de recompor os lucros perdidos (SAMPAIO, 2001).

Dentro deste novo ambiente produtivo, as empresas que mantinham liderança no seu setor iam apagando a memória de luta dos trabalhadores em substituição ao novo perfil do “colaborador”, como elemento central a fim de garantir, sem as surpresas da luta de classes, os lucros pretendidos (GENNARI, 2008).

Para corroborar o Plano Real e posteriormente os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) selaram definitivamente o pacto das elites brasileiras com o neoliberalismo, pois sob a sombra da baixa taxa de inflação e empunhando a bandeira da modernidade, a privatização avançou a passos largos, a reforma da previdência dificultou ainda mais a vida do trabalhador e a

degradação do trabalho foi contundente, enquanto que a consolidação da democracia neoliberal varreu do pensamento coletivo o sonho de se organizar fora do capitalismo (SAMPAIO, 2001).

Neste contexto, o movimento sindical com base na agitação promovida pelas lideranças se esvaziou por completo, enquanto o operariado se alienava profundamente, não sendo mais capaz de expressar qualquer reação que questionasse a ordem estabelecida. Neste período, *a priori*, as lutas do funcionalismo público foram as que tiveram alguma expressão, porém devido suas características estruturais, foram incapazes de criar sintonia entre suas reivindicações e os problemas que afetavam a classe trabalhadora como um todo, não obtendo, assim, apoio da população em geral (GENNARI, 2008).

Entretanto em 1992, ocorreu uma alteração política no que se refere aos rumos do cooperativismo de crédito, com a revogação de inúmeras resoluções que, em suma, liberaram para atividade as cooperativas de crédito do tipo Luzzatti e estabeleceram como tipos básicos para autorização de funcionamento, tanto as cooperativas de economia e crédito mútuo, como as rurais. Além disso, foi concedida a autorização para captação dos depósitos a prazo o que resultou no aumento do volume dos recursos administrados, melhorando consideravelmente o atendimento às demandas de crédito dos cooperados (PINHEIRO, 2008).

Em 1994, com o Plano Real, as cooperativas singulares ganharam estímulo e autorização para abrir Postos de Atendimento Cooperativo (PACs), o que permitiu que estas operassem em âmbito regional, reforçando a viabilização econômica das mesmas (PAGNUSSATT, 2004).

Após a implantação do Plano Real, observou-se uma retomada da expansão do cooperativismo de crédito no Brasil, em especial nos centros urbanos, com o surgimento de cooperativas de grande porte como a Unicred, a Unimed e a Uniodonto. Também surgiram inúmeras cooperativas de crédito mútuo de livre admissão e cooperativas de tipologias diversificadas como: as compostas por empresários, com intuito de aumentar as possibilidades creditícias para as empresas (BÚRIGO, 2007).

Em meados de 1995, aumentaram os incentivos ao cooperativismo de crédito formal, com a permissão para a constituição de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, ou seja, os bancos cooperativos. Logo após, em 2000, foram permitidos a constituição de bancos múltiplos cooperativos. Tais bancos cooperativos apresentam diferenças marcantes em comparação ao formato tradicional do antecessor, o BNCC, pois os mesmos permitem que o

sistema cooperativo de crédito controle um banco comercial ou banco múltiplo. Este novo viés conferiu às cooperativas de crédito mútuo o título de mais importante setor cooperativista em território brasileiro. Além disso, devido à estabilidade econômica nacional, houve uma tendência de ampliação deste percentual (PINHEIRO, 2008).

Com a efetivação de Lula na presidência do país, em 2003, foram tomadas as primeiras medidas com relação à inclusão bancária e as microfinanças, pois:

através do que ficou conhecido mais tarde como o “Pacote do Microcrédito”, as determinações tinham duas vertentes básicas: estimular a bancarização das camadas populares – com o apoio das organizações financeiras de grande porte, como a Caixa e o BB – e fortalecer a expansão do cooperativismo de crédito – principalmente com a abertura de cooperativas de crédito de livre adesão (admissão). Segundo o Governo, popularizar o acesso ao SFN, ampliar a oferta de (micro) crédito e criar maior concorrência no mercado bancário para reduzir os *spread* e os juros, eram medidas fundamentais para se combater o desemprego e revitalizar a economia nacional. (BÚRIGO, 2006, p.16)

Portanto, tal política adotada pelo governo Lula, sinalizava que, do ponto de vista estratégico, havia uma real expectativa do executivo sobre o papel conferido ao cooperativismo de crédito na “vulgarização das microfinanças no país e, quiçá, na democratização do SFN” (BÚRIGO, 2006, p.16).

Ainda no campo cooperativista de crédito, porém regional em SC, com relação à Central Cecred, esta foi fundada no ano de 2002 pelas cooperativas Viacredi (antiga Credihering), Acredicoop (antiga Creditêtil) e Concredi. A constituição da Cooperativa Central de Crédito Urbano teve como esteio a experiência cinquentenária, principalmente da Viacred, no cooperativismo de crédito urbano catarinense (CECRED, 2012).

Por outro lado, para o movimento sindical, uma nova fase se abriu com a eleição de Lula, em 2002, pois o que ele representava para a população, em suma, era a perspectiva de uma mudança social profunda e imprescindível, porém o mesmo povo não levou em consideração que um representante sem um movimento transformador de base que lhe sustente, fiscalize e cobre, certamente não conseguirá alterar a ordem vigente na sociedade (GENNARI, 2008).

Desde o primeiro ano de seu mandato, Lula deixou claro para o movimento sindical brasileiro que as formas e bandeiras de luta pretéritas deviam ser superadas, pois a

governabilidade da nação e a sustentação parlamentar do governo dependeriam do seu “bom relacionamento” com todos os atores sociais e não foi coincidência:

faltando seis meses para o fim do primeiro mandato, os dados sobre greves e protestos populares registram uma queda significativa em relação aos dos presidentes anteriores, ao passo que o clima de paz social, mantido até nos momentos de menor crescimento econômico e arrocho salarial, proporcionam uma espantosa elevação dos lucros. (GENNARI, 2008, p.85)

Por outro lado, tanto para Gennari (2008) quanto para Almeida (2007), passados dois mandatos do governo Lula, uma questão se tornou transparente para a parcela do movimento sindical que almeja mudanças profundas: a política pensada e executada institucionalmente em adição à burocracia dos gabinetes foi e será incapaz de apontar saídas que levem ao fortalecimento das “bases vivas” do movimento operário, portanto, almejar e lutar por representações formais no Estado só enfraquece a luta dos trabalhadores. Sem a vivência e a compreensão profunda do cotidiano da exploração não é nem será possível adentrar na percepção de mundo da classe trabalhadora, motivá-la a se expressar, a compreender e ampliar os horizontes sobre as contradições das quais a classe é refém e de organizar da base um novo movimento que seja capaz de transformar o operariado e seus instrumentos de luta em ator principal na sua própria batalha contra a exploração.

Com todos os avanços e retrocessos do movimento cooperativista de crédito no Brasil, percebe-se a existência de vários sistemas diferenciados, com distinções nas concepções ideológicas, nos arranjos institucionais, nos modelos de gerenciamento e nos objetivos almejados. Três grandes sistemas foram estruturados sobre uma “cultura bancária”, pois referenciam sua conduta sob uma “lógica de profissionalização gerencial e concentração de recursos visando ganhos de escala”. Um quarto sistema se diferencia dos demais por tentar restabelecer a “alma” do cooperativismo, ou seja, por resgatar os princípios cooperativistas, em especial, de crédito, principalmente nos setores sociais mais fragilizados, ou seja:

pela definição adotada (...) uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para o seu quadro social, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas que integram aquele segmento, como também busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões (social, cultural, política, etc.). A cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento a sua missão estratégica. (BÚRIGO, 2006, p. 20)

Portanto, o Cooperativismo de Crédito Solidário representa um novo modo de funcionamento e um novo horizonte para o cooperativismo de crédito brasileiro. (BÚRIGO, 2006)

CAPITULO IV - SOCIEDADES COOPERATIVAS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Cooperativas de crédito como instituições financeiras

Segundo definição do Banco Central do Brasil (Bacen), Cooperativa de Crédito é uma instituição financeira formada por uma associação de pessoas de natureza civil, voluntariamente unidas, tem forma e natureza jurídica própria e não tem fins lucrativos, sendo que esta é constituída especificamente para o benefício de seus cooperados. Além disso, esta tem como finalidade a prestação de serviços financeiros de forma mais vantajosa e simples aos seus associados, possibilitando a estes o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros como: aplicações, empréstimos, financiamentos, investimentos, recebimento de contas, seguros, e outros (BACEN, 2012).

As cooperativas de crédito são consideradas instituições financeiras criadas sob a forma de sociedade cooperativa, e visam como objetivo maior a prestação de serviços financeiros aos seus membros. Tais serviços podem ser: a concessão de crédito, a captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no país. Também podem realizar outras operações específicas, sendo suas atribuições regulamentadas na legislação brasileira atual (PINHEIRO, 2008).

Segundo o Portal do Cooperativismo de Crédito, as cooperativas singulares precisam estabelecer nos seus estatutos as condições da associação onde estará identificado, além das disposições legais pertinentes a estas, o público alvo a qual as mesmas deverão atender. De acordo com a tipologia abaixo elencada, estas podem ser:

Cooperativas de crédito mútuo de empregados: constituídas por empregados, servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual, de uma ou mais pessoas jurídicas, públicas ou privadas, definidas no estatuto, cujas atividades sejam afins, complementares ou correlatas, ou pertencentes a um mesmo conglomerado econômico;

Cooperativas de crédito mútuo de profissionais liberais: constituídas por pessoas que desenvolvam alguma profissão regulamentada, como advogados, médicos, contadores etc.; ou que atuem em atividade especializada, como pedreiros, eletricitas, padeiros etc.; ou ainda, pessoas cujas atividades tenham objetos semelhantes ou identificáveis

por afinidade ou complementaridade, como é o caso de arquitetos e engenheiros; médicos e dentistas, entre outros;

Cooperativas de crédito rural: constituídas por pessoas que desenvolvam atividades agrícolas, pecuárias, extrativas ou de captura e transformação do pescado, desde que inseridas na área de atuação da cooperativa;

Cooperativas de crédito mútuo de empreendedores: constituídas por pequenos e microempresários que se dediquem a atividades de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, com receita bruta anual enquadrada nos limites de, no mínimo, R\$ 244.000,00 e, no máximo, R\$ 1.200.000,00. Limites estes fixados pelo art. 2º da Lei 9.841/99, para as empresas de pequeno porte. Neste tipo de cooperativa podem ser incluídas as atividades descritas para as cooperativas de crédito rural;

Cooperativas de crédito mútuo de empresários: São formadas por empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a sindicatos patronais ou vinculados direta ou indiretamente a associações patronais de grau superior, em funcionamento, no mínimo, há três anos, quando da constituição da cooperativa;

Cooperativas de crédito de livre admissão de associados: cujo quadro social é constituído e delimitado em função de área geográfica. Neste tipo de cooperativa, qualquer grupo de pessoas, desde que corresponda às exigências da Lei 5.764/71 (Lei das Cooperativas) e das normas regulamentares emanadas do Banco Central, pode formar uma cooperativa de crédito. Entre os anos 60 e 70 era proibida a criação desse tipo de cooperativa, elas só voltaram a ser plenamente admitidas em 2003, com a Resolução nº 3.106 do Banco Central. (PORTAL, 2012)

Além destas elencadas, podem existir cooperativas de crédito de tipo misto, que desenvolvam atividades inerentes a mais de uma das modalidades, acima mencionadas. As últimas, na sua maioria, resultam de processos de fusão, incorporação e continuidade de funcionamento. Também pode ser autorizada a constituição de mais de uma cooperativa de crédito na mesma área de atuação, independentemente do seu tipo, desde que seja adotada uma denominação social diferenciada.

4.2. As distinções entre cooperativas de crédito e bancos comerciais

Os bancos são classificados, nos dias atuais, de acordo com sua carteira, podendo atuar como comerciais, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento (FEBRABAN, 2012).

Do ponto de vista legal, no Brasil, os bancos são considerados instituições financeiras públicas ou privadas, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, destinadas a operar em curto prazo e em médio prazo, e como instituições de crédito são caracterizadas:

pela captação de fundos, como os depósitos à vista, a prazo e com pré-aviso, os depósitos de poupança, os certificados de depósitos e os fundos de investimentos, e pela

cedência de fundos (crédito bancário), através de operações ativas de curto, médio e longo prazos, podendo estas serem de carácter comercial (letras) ou financeiro (relação cliente/banco); finalmente, pela prestação de serviços (proveitos), como as garantias bancárias, a venda de moeda, pagamentos periódicos, guarda de valores e custódia de títulos. FEBRABAN (2012)

Ao se estabelecer uma comparação entre o modelo cooperativista de crédito e o modelo bancário é pertinente perceber que, mesmo que ambos atuem como intermediários financeiros, sua grande diferença está no propósito, no resultado final ao qual se deseja atingir, pois enquanto os bancos visam auferir lucro e para isso procuram atender uma parcela cada vez maior da população, maximizando seus resultados, a fim de oferecer aos seus acionistas rentabilidades crescentes, as cooperativas de crédito têm como clientes seus próprios cooperados e são eles que dividem os excedentes, denominados de sobras (LOUREDO DE SOUZA; MEINEN, 2010).

Assim como os bancos, as cooperativas de crédito também obtêm spread, que é a diferença entre as taxas que são cobradas nos empréstimos e as taxas que são pagas nas aplicações e, além disso, auferem renda com tarifas e outras receitas. O grande diferencial entre estes é que esse valor, que resultaria no lucro dos banqueiros, fica na cooperativa e é distribuído a todos os seus cooperados.

Os bancos são sociedades de capital diferentemente das cooperativas de crédito que são sociedades de pessoas, portanto nos bancos as decisões de cunho estratégico são tomadas via Conselho de Administração, o qual tem o lucro como meta principal. Já nas cooperativas de crédito ocorre o contrário, pois na maioria das vezes as decisões são tomadas em conjunto, por meio de Assembleias e com o auxílio de comissões, sendo que em todas as decisões é levando em conta as características regionais na qual a cooperativa está inserida, buscando beneficiar os cooperados e a comunidade circunscrita à cooperativa. Além disso, nos bancos o poder é exercido de acordo com o número de ações que os proprietários possuem, enquanto que nas cooperativas de crédito o voto tem peso igual, pois cada associado representa um voto.

Outro aspecto relevante é que as cooperativas se organizam de forma regionalizada, atuando em espaços pré-determinados e oportunizam, com isso, uma interação maior entre seus cooperados e a comunidade circunscrita a elas, o que proporciona um incremento na economia da região. Por outro lado, os bancos, como reflexo da internacionalização dos investimentos,

podem remeter parte do seu lucro para o exterior, retirando capital da economia nacional e regional (LOUREDO DE SOUZA; MEINEN, 2010).

O cooperativismo de crédito preza pelo atendimento qualitativo aos seus associados e o faz de forma personalizada e igualitária, devido ao fato destes serem os donos do empreendimento, enquanto os bancos, para a maioria da população, atendem em massa, de forma quantitativa, se apoiando sobre o autoatendimento, numa relação praticamente de cunho comercial puro. Porém, quanto à capilaridade do atendimento, os bancos levam uma grande vantagem, pois devido sua concentração, possuem abrangência nacional, sendo que alguns têm agências instaladas no exterior. Visando atenuar esta situação muitas cooperativas de crédito utilizam, em parceria com grandes redes bancárias, as suas redes de autoatendimento para serviços diversos, principalmente para saques e depósitos. Outra característica importante do cooperativismo de crédito consiste nas pessoas que assumem os postos de comando, pois estas são do ramo e conhecem a realidade da cooperativa, além de receberem treinamento específico para atuarem de forma eficaz. Neste contexto, qualquer cooperado pode fazer parte do quadro de diretoria ou dos conselhos consultivos e de fiscalização, mediante votação direta de acordo com o Estatuto da cooperativa e a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Em se tratando de concessão de crédito por parte das cooperativas, nestas reside o fato da não diferenciação dos associados, ou seja, todos têm acesso às mesmas modalidades de crédito e as mesmas taxas oferecidas pela organização que as calcula com base em seus gastos administrativos. Isso não acontece nos bancos, pois nestes empreendimentos o nível de relacionamento com a instituição ou mesmo com determinado gerente ou administrador definirá a taxa que será cobrada na operação, sendo que os serviços bancários, de modo geral, não seguem regras estabelecidas, mais gerais de acordo com o mercado. Por outro ângulo, quanto às concessões de crédito, por parte das cooperativas, há uma preocupação em formatar as condições e os prazos às características dos membros, buscando, com isso, oferecer soluções mais adequadas às demandas de um grupo com características conhecidas. Já quanto aos bancos, os seus produtos são desenvolvidos para atender o público de modo geral, não levando em consideração as diferenças regionais vinculadas aos clientes (LOUREDO DE SOUZA; MEINEN, 2010).

4.3. O Cooperativismo de crédito em Santa Catarina: Sistema CECRED

A Cooperativa Central de Crédito Urbano, constituída em setembro de 2002 pelas Cooperativas Viacredi (antiga Credihering), Acredicoop (antiga Creditêtil) e Concredi, é uma cooperativa de 2º grau, formada prioritariamente por cooperativas singulares. Desta associação originou-se o Sistema Cecred que vem contribuindo para a ampliação do cooperativismo de crédito de Santa Catarina. Institucionalmente, tal Central integra o Sistema Nacional de Cooperativismo através da filiação à OCESC – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, à OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras e por consequência à CONFEBRÁS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. Além disso, como instituição financeira regida pela Lei Federal 5.764/71, tanto é autorizada a funcionar, quanto é fiscalizada pelo Bacen.

O Sistema da Central Cecred é composto por cooperativas que, fundamentalmente, são de crédito mútuo – os associados são vinculados a uma corporação, empresas ou entidade. As exceções são a Cooperativa Viacred e a Cooperativa Crevisc que são de livre admissão. Também é de livre admissão a recente associada Viacred Alto Vale. De acordo com o Relatório Anual de 2011 e números consolidados até julho de 2012, o Sistema Cecred está composto pelos indicadores do Quadro 1:

Quantidade	Correspondente
01	cooperativa central
15	cooperativas singulares
107	postos de atendimento (PACs)
182	terminais de autoatendimento (TACs)
1116	trabalhadores diretos “assalariados”

Quadro 1. Composição do Sistema Cecred

Fonte: Cecred 2012 - Relatório Anual 2011

Elaboração: Autor.

Atualmente, das 15 cooperativas que formam o Sistema Cecred, 14 estão em SC e uma está no Paraná, sendo que, a área de atuação do Sistema também contempla o Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo trinta e cinco (35) municípios, ao todo. E para a manutenção da

saúde financeira e longevidade do Sistema Cecred, a Central opera com aproximadamente 130 trabalhadores diretos e desempenha algumas atribuições correspondentes como, abaixo relacionadas:

Atribuições	
1.	Integração entre as Cooperativas do Sistema Cecred
2.	Representante do Sistema Cecred junto ao Banco Central
3.	Auditoria, fiscalização e orientação para o cumprimento da legislação e estatutos
4.	Monitoramento do desempenho das Cooperativas e do Sistema
5.	Padronização de documentos, ferramentas de trabalho, materiais de comunicação
6.	Gestão de Riscos e controles
7.	Pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços financeiros
8.	Desenvolvimento, formação e capacitação dos dirigentes e profissionais
9.	Prestação de serviços em diversas áreas, proporcionando ganho de escala
10.	Gestão da Infraestrutura de Tecnologia e Sistemas de Informação
11.	COMPE/SPB - Conta de Liquidação junto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro
12.	FGCecred - Fundo Garantidor Cecred

Quadro 2. Atribuições da Central Cecred

Fonte: Cecred (2012)

Elaboração: Autor.

Com a missão de “oferecer soluções financeiras por meio de um sistema de cooperativas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde atua” a Cecred busca trabalhar de forma integrada com as cooperativas singulares que compõe o Sistema, aprimorando e aperfeiçoando seus produtos e serviços de forma a proporcionar vantagens a todas as cooperativas, aos cooperados e as comunidades circunscritas a estas (CECRED, 2012).

A Figura 1 representa de forma esquemática o Sistema Cecred apresentado em detalhes no Quadro 3, conforme Relatório Anual 2011.



Figura 1. Sistema Cecred

Fonte: Cecred - Relatório Anual 2011.

Abaixo, no Quadro 3, estão relacionadas todas as cooperativas singulares que constituem o Sistema Cecred, com uma breve caracterização das mesmas:

Nome	Data de fundação e sede	Características
Viacred – Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí.	constituída em 26 de novembro de 1951, Blumenau.	Foi fundada por 21 funcionários da Companhia Hering, inicialmente se chamando de Credihering. Hoje a Viacred é a maior singular do Sistema Cecred, contando com mais de 187 mil cooperados e quase 700 trabalhadores diretos assalariados.
Acredicoop – Cooperativa de Crédito dos Empregados em Empresas Têxteis.	constituída em 19 de Julho de 1999, Blumenau.	Criada por 25 sócios fundadores, atualmente é a segunda maior Cooperativa de crédito do Sistema Cecred com mais de 19.950 associados e em torno de 87 trabalhadores diretos assalariados.
Concredi – Cooperativa de Crédito dos Micro e Pequenos Empresários do Vale do Itajaí.	constituída em 16 de Setembro de 1997, Blumenau.	Apenas em 15 de março de 1999, com 31 sócios fundadores, esta iniciou suas atividades. A Cooperativa também conta com mais de 2.950 membros e com 23 trabalhadores diretos assalariados.
Credfiesc – Cooperativa de Crédito dos Empregados do sistema Fiesc.	constituída em 20 de março de 1997, Florianópolis.	Cabe apontar que em junho de 1998 a Sicoob Central SC – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, aprovou o convênio com a Credfiesc, que passou a vigorar em maio de 2000. Todavia, a parceria com a Sicoob Central SC foi encerrada em março de 2004, passando em abril a integrar o Sistema Cecred em Santa Catarina. A Cooperativa também conta com mais de 3.240 cooperados e com 15 trabalhadores diretos assalariados.
Cecrisacred – Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da Indústria e Comércio do Ramo de Materiais de Construção da Região de Criciúma.	fundada em 19 de Julho de 1999, Criciúma.	A Cecrisacred nasceu como Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados Cecrisa e teve seu nome alterado em 14 de Outubro de 2004, com o objetivo de aumentar o quadro social. Em dezembro de 2003, a Cecrisacred filiou-se a Cecred. A Cooperativa também conta com mais de 3.210 associados e com 15 trabalhadores diretos assalariados.
Credcrea – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais do CREA do Estado de Santa Catarina.	constituída em 18 de Dezembro de 2002, com sede em Florianópolis.	Um grupo de 32 engenheiros e um arquiteto fundou a Cooperativa. Em 2005 a Credcrea conseguiu autorização do Bacen para atuar em todo o estado de Santa Catarina. A Cooperativa também conta com mais de 4.200 membros e com 33 trabalhadores diretos assalariados.
Transpocred – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Transportes do Estado de Santa Catarina Ltda.	criada em 16 de Março de 2006, Florianópolis.	O projeto de constituição da Transpocred somente pode ser viabilizado graças ao apoio da Fetrancesc (Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Estado de Santa Catarina) e seus sindicatos. A Cooperativa também conta com mais de 2.280 cooperados e com 30 trabalhadores diretos.
Credelesc – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Centrais Elétricas de Santa Catarina.	fundada em 30 de Maio de 2006, Florianópolis.	A Credelesc foi constituída por 26 trabalhadores ativos e inativos da maior empresa pública de Santa Catarina, a Celesc. Hoje a Cooperativa conta com mais de 1.000 associados e tem um quadro de 7 trabalhadores diretos assalariados.
Credifoz – Cooperativa de Crédito dos Empresários da Foz do Rio Itajaí Açu.	constituída em 08 de Janeiro de 2008, Itajaí.	A Credifoz surgiu da ideia de um grupo de empresários das cidades de Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú, Camboriú e Penha. A Cooperativa também conta com mais de 4.240 membros e com 25 trabalhadores diretos assalariados.

Credcomin – Cooperativa de Crédito dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores de Lages.	fundada em 15 de janeiro de 2008, Lages.	Foi constituída em Assembleia geral. Hoje a Cooperativa conta com mais de 1.370 associados e tem um quadro de 8 trabalhadores diretos assalariados.
Crevisc – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Guaramirim.	criada em 12 de Fevereiro de 2008, Guaramirim.	Podem ser cooperadas todas as pessoas da comunidade, desde que residam na área de atuação e concordem com o Estatuto. Hoje a Cooperativa conta com mais de 1.640 cooperados e tem um quadro de 9 trabalhadores diretos assalariados.
SCRcred – Cooperativa de Crédito dos Empresários do Alto Vale do Rio Negro.	constituída em 25 de Fevereiro de 2008, São Bento do Sul.	A Cooperativa também conta com mais de 2.410 membros e com 9 trabalhadores diretos assalariados.
Rodocrédito – Cooperativa de Crédito dos Empresários em Transportes Rodoviários de Francisco Beltrão e Região.	fundada em 03 de junho de 2008, Francisco Beltrão (PR).	Hoje a cooperativa conta com mais de 1.006 cooperados e tem um quadro de 12 trabalhadores diretos assalariados.
Credmisul - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Militares e Servidores Públicos do Vale do Iguaçu.	criada em 25 de agosto de 2002, Porto União.	Foi fundada pela iniciativa de 22 sócios e filiou-se a Cecred em 14 de Abril de 2012. A Cooperativa também conta com mais de 345 membros e com 5 trabalhadores diretos assalariados.
Viacred Alto Vale – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Alto Vale do Itajaí.	constituída em 13 de Fevereiro 2012, Ibirama.	Por não ter ainda um ano de fundação, não foi possível levantar números consolidados.

Quadro 3. Cooperativas singulares na composição do Sistema Cecred

Fonte: Cecred (2012)

Elaboração: Autor.

Apoiados sobre dois dos princípios do cooperativismo: primeiro pela Educação, Formação e Informação e segundo pelo Interesse pela Comunidade, no momento da fundação do Sistema Cecred houve uma preocupação em fomentar tais orientações sob a bandeira do Progrid – Programa de Integração e Desenvolvimento de Cooperados – sendo este desenvolvido a partir das sugestões e necessidades dos associados, abordando áreas como educação cooperativista, financeira, desenvolvimento de competências profissionais, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental.

Os eventos realizados através do Progrid utilizam os recursos do FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. Este fundo é destinado à assistência aos associados, determinando a reserva legal de no mínimo 5% das sobras líquidas, do exercício consolidado, conforme a Lei Federal 5.764/71.

Portanto, realizando eventos para cooperados, familiares, trabalhadores, dirigentes e comunidade a Cecred busca objetivar através do Progrid:

- a) Difundir os valores e princípios cooperativistas junto aos cooperados e à comunidade onde a cooperativa atua;
- b) Promover a integração entre os cooperados e aproximá-los das cooperativas, visando a uma melhor organização do quadro social;
- c) Identificar e preparar novas lideranças junto ao quadro social;
- d) Fornecer informações e conhecimentos para que os associados busquem uma melhor qualidade de vida;
- e) Proporcionar aos cooperados desenvolvimento pessoal e profissional;
- f) Orientar os cooperados sobre como administrar a vida financeira. (CECRED, 2012)

Além do Progrid, em 2011 a Cecred adotou a política de Governança Cooperativa, se traduzindo no conjunto de processos, políticas, leis e regulamentos que regem a maneira como uma Cooperativa é dirigida, administrada ou controlada. Desse modo, a Central garante a pluralidade de interesses, torna as relações mais seguras e transparentes, reduz diversos riscos e garante a sustentabilidade do Sistema, através de ações como: a representatividade e participação, a direção estratégica, a gestão executiva e a fiscalização e controle (CECRED, 2012).

No ano de 2010, uma conquista importante para a Cecred foi se tornar a primeira Central Cooperativa de Crédito a implantar um Sistema de Compensação própria, trazendo uma gama de benefícios, como: redução de custo e autonomia ao permitir a compensação de cheques, DOCs, TEDs e demais documentos sem a necessidade de bancos intermediários (CECRED, 2012).

Em 2011, o Sistema Cecred avançou novamente, passando a contar com o acesso direto aos recursos “intradia” do Bacen. Dessa forma, reduziu-se o risco operacional, e não há mais necessidade de deixar os recursos sem rendimentos ao longo do tempo (CECRED, 2012).

Além disso, outro fator importante desta Central reside no número de associados, que em 2011 superou a marca de 234.500. Para 2012 as expectativas projetam um crescimento de 23,7%, algo em torno de 290.000 membros até o término do exercício (CECRED, 2012).

Abaixo está discriminada a evolução do número de cooperados no Sistema, no período de 2008 a julho de 2012.

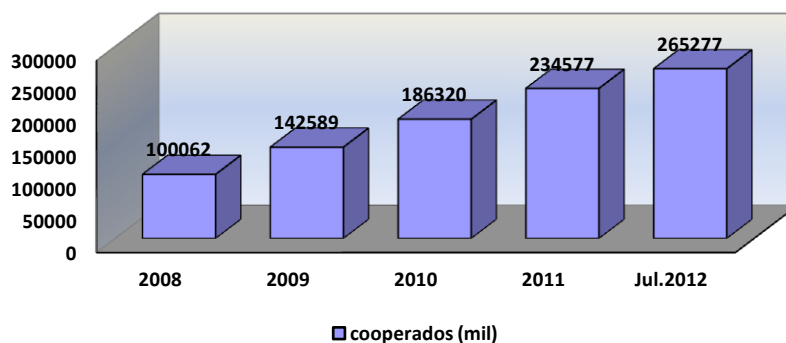


Gráfico 1 - Evolução do número de cooperados do Sistema Cecred 2008-2012

Fonte: Cecred (2012)

Elaboração: Autor.

Também, de acordo com Relatório Anual (2011), as operações de crédito formalizadas pelo Sistema Cecred de forma pulverizada, corresponderam a valores inferiores a R\$ 5.000,00 e representaram 73% do total das liberações creditícias realizadas durante o ano. Além deste, em 2011, 55% das aplicações em poupanças dos cooperados corresponderam a valores abaixo de R\$ 100,00.

Quanto aos valores consolidados do Patrimônio Líquido, Operações de Crédito e Ativos Totais o gráfico 2 demonstra a evolução do Sistema Cecred do período de 2008 a julho de 2012.

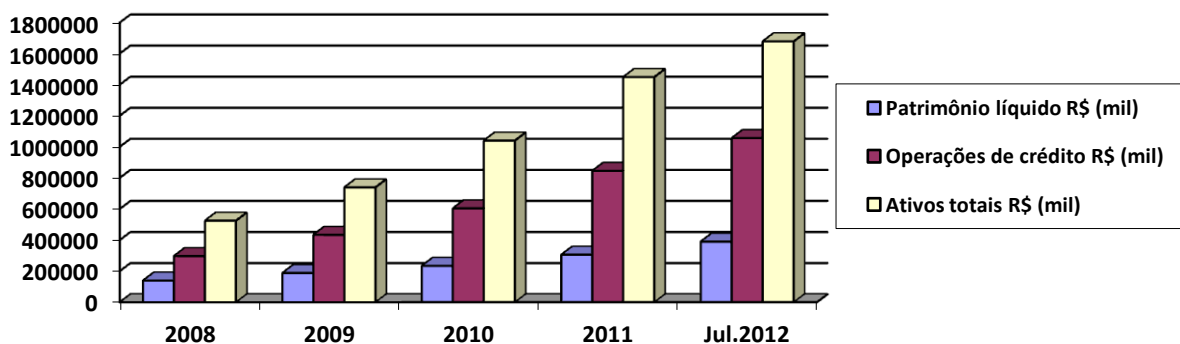


Gráfico 2 - Sistema Cecred: evolução do Patrimônio Líquido, das Operações de Crédito e dos Ativos Totais 2008-2012

Fonte: Cecred (2012)

Elaboração: Autor.

Outro dado relevante é que, pelo fato de os cooperados do Sistema Cecred terem realizado suas operações financeiras, das mais diversas, dentro das cooperativas, e não nas instituições bancárias tradicionais, tal Sistema conseguiu, através de taxas de juros e tarifas inferiores às praticadas pelos bancos comerciais, apresentadas no capítulo a seguir, juntamente com as sobras contabilizadas no período, uma economia significativa, segundo o Relatório Anual da Cecred 2011. Esta acabou sendo repassada das cooperativas para seus membros e, por consequência, para a sociedade catarinense.

Desta forma, resgatando o que foi anteriormente apresentado, percebe-se que o Sistema da Central Cecred, como organização cooperativa, se distingue das instituições financeiras tradicionais devido a sua filosofia, seu propósito. Esta Central não apenas serviu de esteio para o desenvolvimento das cooperativas singulares filiadas a ela, como proporcionou, de um lado, ações que fomentaram um aumento da participação social dos cooperados, promovendo a integração e o desenvolvimento tanto destes, como das comunidades onde eles se inserem, através da educação, formação e informação. De outro lado, a Cecred, em conjunto com suas filiadas, cumpriu seu papel socioeconômico, economizando, só no último exercício, mais de 316 milhões de reais através do diferencial das taxas e tarifas, comparadas aos valores bancários, como pelas sobras. Tais recursos ficaram nas comunidades, sendo aplicados nas economias locais, movimentando, desta maneira, a economia do estado, gerando renda extraordinária e auxiliando a desenvolver cooperados e sociedade como um todo.

CAPITULO V - A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDELESC

5.1. A Credelesc: Cooperativa de crédito mútuo de empregados da Celesc

A Credelesc – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Centrais Elétricas de Santa Catarina foi constituída por vinte e seis trabalhadores ativos e inativos da maior empresa pública do Estado de Santa Catarina, a Celesc S.A., sendo fundada em 30 de maio de 2006. Esta se caracteriza, conforme a Lei nº 5.764/71 como:

uma sociedade cooperativa de crédito, de natureza civil, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, regida pela legislação cooperativista, do Sistema Financeiro Nacional e pelo Código Civil, bem como pela regulamentação baixada pela autoridade normativa e pelas normas internas a que está sujeita por força de sua vinculação à Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED. (CECRED, 2012)

Além disso, esta instituição enquadra-se como cooperativa de crédito mútuo de empregados, modelo Desjardins, ou seja, vinculada a uma categoria profissional, no caso à eletricitária, porém, além dos trabalhadores ativos e suas famílias (os pais, o cônjuge ou companheiro(a), o viúvo(a), filho(s) e dependente(s) legal(is) e pensionista de associado falecido), a Cooperativa também aceita como membros: trabalhadores aposentados e respectivas famílias, empregados da Credelesc, das entidades a ela associadas e daquelas de cujo capital participe; as pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual à própria; as pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à Cooperativa; as pessoas jurídicas vinculadas a quaisquer das associações de empresários, sediadas na área de ação e abrangência da Cooperativa, que exerçam atividade vinculada diretamente à Celesc S.A., e inclusive esta, e ainda, entidades e empresas sem fins lucrativos.

Sua área de atuação está determinada em todo o estado de Santa Catarina, com pontos de atendimento nas localidades onde a Celesc S.A. estiver estabelecida com escritório oficial;

De acordo com o Relatório Anual de 2011 a Credelesc está composta:

Quantidade	Correspondente
01	cooperativa singular
02	postos de atendimento (PACs)
1.002	Cooperados
07	trabalhadores diretos “assalariados”

Quadro 4. Composição da Credelesc

Fonte: Credelesc - Relatório Anual 2011.

Elaboração: Autor.

Assemelhando-se às demais cooperativas do Sistema Cecred, a Credelesc é composta por 20 dirigentes: um Conselho de Administração com 11 membros; um Conselho Fiscal com 6 membros – titulares e suplentes; e uma Diretoria Executiva com 3 membros, os quais também fazem parte do Conselho de Administração. Porém, todos esses órgãos sociais de controle respondem à Assembleia Geral – Ordinária ou Extraordinária – pois a mesma é o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes dentro dos limites da lei e do Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse coletivo. Ou seja, na Assembleia os cooperados discutem e aprovam, via voto, as questões essenciais da cooperativa, além de manifestarem seus interesses de forma coletiva, praticando com isso, a Gestão Democrática pelos Membros, que é o 2º princípio do cooperativismo. E na Assembleia Geral Ordinária que é realizada, devido o rigor da lei, pelo menos uma vez por ano, no decorrer dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, são discutidos e deliberados assuntos como:

- a) Prestação de contas do exercício anterior;
- b) Demonstrativo das sobras ou perdas;
- c) Destinação das sobras ou rateio das perdas;
- d) Plano de atividades para o próximo exercício;
- e) Destinação do FATES e Planejamento do Progrid;
- f) Eleição dos membros dos órgãos de administração e fiscal;
- g) Outros assuntos de interesse dos cooperados. (CREDELESC, 2012)

Por outro lado, sempre que necessários, os temas especiais como: reforma do estatuto, mudança do objeto da sociedade e fusão, incorporação ou desmembramento da Cooperativa, dentre outros, são assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral Extraordinária, desde que mencionados no edital de convocação.

Além destes, em sintonia com a Central Cecred, a Credelesc também adotou a “Política de Governança Cooperativa”, que significa para a Central atuar com o conjunto de processos, políticas, leis e regulamentos que regem a maneira como uma cooperativa é dirigida, administrada ou controlada, permitindo aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa. As boas práticas de Governança Cooperativa, desta forma, tendem a assegurar aos cooperados equidade de tratamento, transparência, prestação de contas responsável e conformidade legal, tendo como finalidade aumentar o valor da sociedade, contribuindo para a sua perenidade. (CREDELESC, 2012)

Tratando do número de cooperados, este vem tendo um bom crescimento ano após ano, chegando a 25% em média nos últimos três exercícios, devido a vários fatores. Esta evolução numérica está apresentada, abaixo, no gráfico 3 desde 2007 até 2011, conforme os Relatórios Anuais:

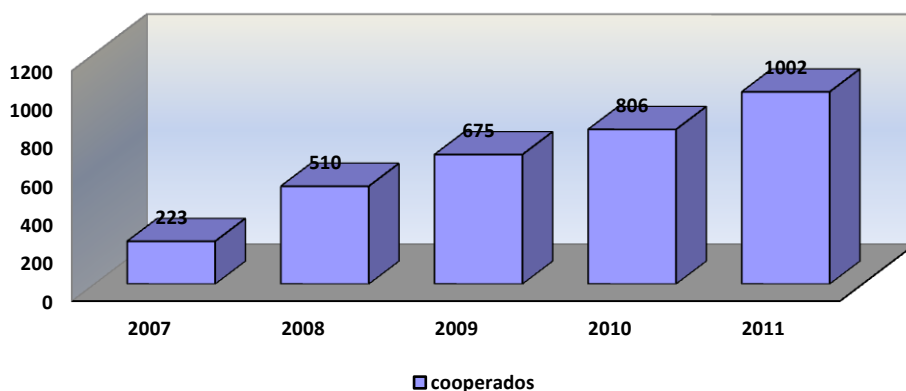


Gráfico 3 - Evolução do número de cooperados da Credelesc 2007-2011

Fonte: Credelesc - Relatórios Anuais

Elaboração: Autor.

Dos fatores que induzem o crescimento da Cooperativa, acima citados, estão: a vinculação e o apoio do Sistema Cecred; o investimento com educação dos cooperados, feito através do programa Progrid, e o apoio fundamental à Credelesc das instituições que fazem a

defesa e atuam em conjunto com os trabalhadores da Celesc, dentre elas as sindicais e as associações, representando tanto os ativos quanto os aposentados, resultando na consolidação da Cooperativa para a categoria eletricitária, dentro do ambiente onde esta foi concebida e fomentada.

No que tange à relação com a Central Cecred, a Credelesc é beneficiada pelo Sistema também devido a fatores como:

- a) A Cecred preserva as “marcas” das singulares, fortalecendo cada cooperativa como instituição local, da comunidade;
- b) O Sistema Cecred é estruturado somente em dois (02) níveis (as singulares e a central), representando, conseqüentemente, maior velocidade de decisão e menor custo;
- c) Existência de uma ampla rede de atendimento, com estrutura própria e/ou através de parceiros;
- d) Uma estrutura de decisão democrática, ou seja, todas as singulares têm representação e direito a voto no conselho de administração da Central;
- e) Disseminação da governança cooperativa, estruturada em práticas transparentes e padronizadas, como exemplo: Estatuto, Regimentos Interno, Relatório Anual e outros;
- f) A Cecred foi o primeiro sistema cooperativo com compensação própria, sem a constituição de um banco, recebendo do Banco Central o número de instituição financeira 085. (CECRED, 2012)

Com relação ao fomento à educação e o desenvolvimento dos cooperados e comunidade, há um perceptível aumento da atuação na organização do quadro social através do Progrid – Programa de Integração e Desenvolvimento de Cooperados da Central Cecred – refletindo seus eventos na Credelesc entre 2009 e 2011, abordados de forma mais ampla na tabela 9, tendo evoluído o número de participantes cooperados e da comunidade:

Ano/Eventos	2009			2010			2011		
	Quant.	Coop.	Com.	Quant.	Coop.	Com.	Quant.	Coop.	Com.
Assembleias	01	22	---	01	29	---	02	87	---
Palestras e/ou cursos	02	03	68	04	34	86	08	40	221
Total	03	25	68	05	63	86	10	127	221

Tabela 1 - Participação social da Credelesc 2009-2011

Fonte: Credelesc - Relatórios Anuais.

Elaboração: Autor.

No tocante ao apoio à Credelesc, recebido pelas instituições que defendem e atuam em conjunto com a categoria eletricitária, ativa e inativa, vinculada a Celesc S.A., existe uma explícita ação fomentadora, de um lado, na associação das instituições, entre elas: os Sindicatos – Sinergia, Sintresc e Saesc; as Associações profissionais dos ativos e inativos – APC e APCElesc; as Associações esportivas e culturais – ABCElesc; e a Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. De outro lado, quanto à promoção da Cooperativa, esta é realizada oportunamente durante, pelas instituições acima citadas, nas Assembleias estaduais anuais dos trabalhadores, nos Congressos dos empregados, nos Jogos anuais das ABCElesc ou em alguma atividade festiva, esportiva ou cultural que estejam reunidos os trabalhadores da Celesc.

Devido às características apresentadas anteriormente, a Credelesc alicerça seu crescimento de modo sustentável, em um ambiente extremamente competitivo se levado em consideração o tipo, o número e o tamanho das instituições financeiras que atuam no mesmo mercado. E com relação aos números consolidados, o gráfico 4 endossa o esforço evolutivo positivo realizado pela Cooperativa no período de 2008 a 2011.

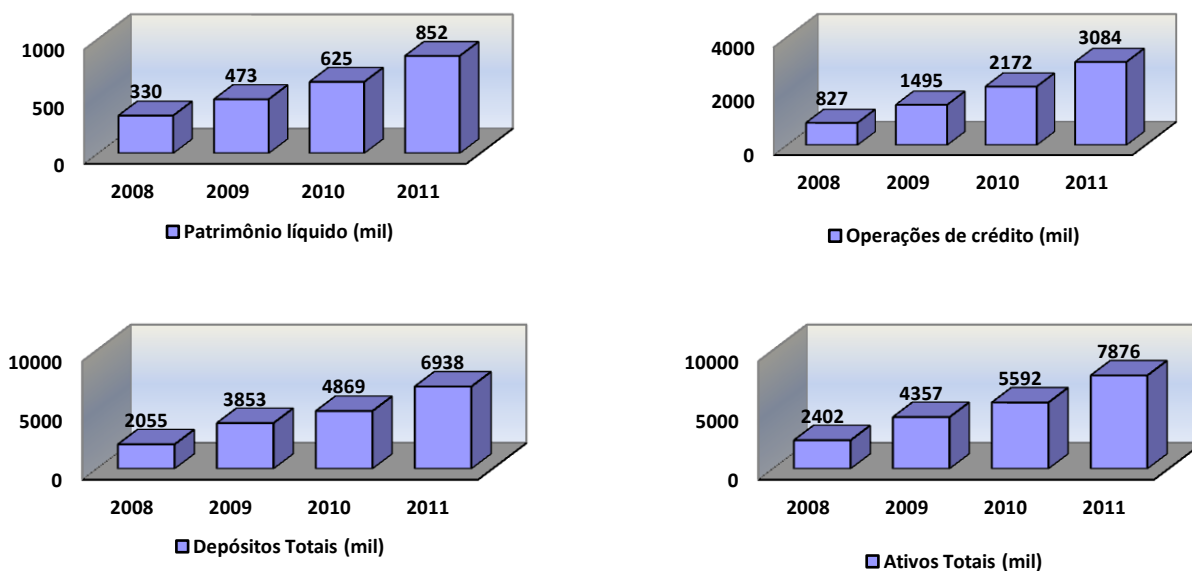


Gráfico 4 - Evolução dos diversos indicadores da Credelesc 2008-2011

Fonte: Relatório Anual 2011

Elaboração: Autor

5.2. A Credelesc e suas coirmãs concorrentes

Como mencionado anteriormente, dentro do mercado de atuação da Credelesc existem inúmeras instituições financeiras, de vários tipos e tamanhos. Também, no que tange somente às cooperativas que atuam em SC, percebe-se a mesma variedade, anteriormente apontada. Até mesmo quando destacado apenas o Sistema Cecred, são quatorze as cooperativas a dividirem o mesmo espaço territorial. Em se tratando da Cooperativa Credelesc, por não ter atingido ainda um ponto de maturidade capaz de alçar voo em direção aos quatro cantos do Estado, esta concentra seu maior número de cooperados circunscritos à sua filial, na região de Florianópolis e entorno.

Também na região de Florianópolis atuam outras três cooperativas filiadas ao Sistema Cecred: a Credcrea; a Crediflesc e a Transpocred. Todavia, as duas primeiras são cooperativas de profissionais liberais ou empregados, enquanto a última é uma cooperativa de empresários. E devido a fatores como: tipo de cooperativa, proximidade geográfica de suas sedes, mercado de atuação e profissão desempenhada por seus cooperados, foram destacadas as cooperativas Credcrea e Crediflesc, coirmãs da Credelesc.

Se destacado somente o incremento quanto ao número de associados, nota-se que, de 2008 a 2011, a Credelesc teve um crescimento inferior se comparado a Credcrea e a Crediflesc, sendo que tais números podem ser visualizados na tabela 6, abaixo:

Evolução dos associados/Quant.	Credcrea	Crediflesc	Credelesc
Absoluto	2.598	1.940	492
%	161	149	96
Média anual %	40	37	24

Tabela 2 - Evolução dos associados da Credcrea, Crediflesc e Credelesc 2008-2011

Fonte: Relatórios Anuais

Elaboração: Autor.

Para servir de parâmetro no que se refere ao nível de crescimento, sendo que, de acordo com os Relatórios Anuais de 2011, em comparação com a Credelesc, as suas coirmãs estão assim compostas na tabela 3:

Credcrea	Crediflesc	Correspondente	Credelesc
Quantidade	Quantidade		Quantidade
10	15	tempo de atividade (anos)	06
01	01	cooperativa singular	01
08	04	postos de atendimento (PACs)	02
4.206	3.242	cooperados	1.002
33	15	trabalhadores diretos “assalariados”	07

Tabela 3 - Composição da Creacred, Crediflesc e Credelesc 2011

Fonte: Relatórios Anuais 2011

Elaboração: Autor.

No que tange ao fomento à educação e ao desenvolvimento dos cooperados e comunidade, nota-se na tabela 4 uma nítida diferença entre as instituições, quanto à atuação na organização do quadro social através do Progrid, do exercício de 2009 a 2011, refletindo-se nas Cooperativas:

Cooperativas/ Eventos 2009	Credcrea			Crediflesc			Credelesc		
	Quant.	Coop.	Com.	Quant.	Coop.	Com.	Quant.	Coop.	Com.
Assembleias	01	65	---	01	36	---	01	22	---
*Palestras e/ou cursos	15	254	103	17	146	94	02	03	68
Total	16	319	103	18	182	94	03	25	68
Cooperativas/ Eventos 2010	Credcrea			Crediflesc			Credelesc		
	Quant.	Coop.	Com.	Quant.	Coop.	Com.	Quant.	Coop.	Com.
Assembleias	01	48	---	01	33	---	01	29	---
*Palestras e/ou cursos	31	348	801	15	235	141	04	34	86

Total	32	396	801	16	268	141	05	63	86
Cooperativas/ Eventos 2011	Credcrea			Credifiesc			Credelesc		
	Quant.	Coop.	Com.	Quant.	Coop.	Com.	Quant.	Coop.	Com.
Assembleias	02	180	---	02	54	---	02	87	---
*Palestras e/ou cursos	31	590	836	23	324	175	08	40	221
Total	33	770	836	25	378	175	10	127	221

Tabela 4 - Participação social da Credcrea, Credifiesc e Credelesc 2009–2011

*Em conjunto com os eixos temáticos – Educação Financeira, Educação Cooperativista, Qualidade de Vida, Desenvolvimento de Competências Profissionais e Responsabilidade Social e Ambiental - foram relacionados à quantidade de participantes e o número de eventos “Pré-Assembleares”.

Fonte: Relatórios Anuais.

Elaboração: Autor.

A partir dos dados expostos na última tabela 4 percebe-se claramente que, quanto à participação absoluta, relativa e as médias dos cooperados nas instâncias decisórias ou nos eventos promovidos pelas três instituições, de 2009 a 2011, mesmo sendo números muito baixos, a Credelesc destacou-se frente às outras duas cooperativas mais antigas, de acordo com tabela 5, a seguir:

Cooperativa	Credcrea			Credifiesc			Credelesc		
Cooperados por evento	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Participação por Assembleia/quant.	65	48	90	36	33	27	22	29	43,5
Participação cursos ou palestras/quant.	23,8	37,6	46	14,12	11,39	21,69	35,5	30	32,6
Participação por Assembleia (%) média	2,83	1,54	2,14	1,9	1,26	0,83	3,26	3,6	4,34
Participação cursos ou palestras (%) média	1,04	1,19	1,09	0,74	0,43	0,67	5,26	3,72	3,25
Número absoluto de membros	2295	3112	4206	1894	2622	3242	675	806	1002

Tabela 5 - Participação social absoluta, relativa e média da Credcrea, Credifiesc e Credelesc 2009-2011

Fonte: Relatórios Anuais.

Elaboração: Autor.

Outros pontos de destaque, na comparação, são com relação às diferenças, tanto das taxas de juros adotadas, quanto das tarifas cobradas entre os bancos comerciais e as cooperativas analisadas ou entre as últimas, pois haja vista a inerente competitividade a que estão submetidos esses empreendimentos econômico-financeiros dentro do mesmo mercado, e conhecendo-se as diferenças estruturais e legais das cooperativas em relação aos bancos comerciais, percebe-se que quanto às médias, tanto dos juros, como das tarifas, tendem a ser consideravelmente menores dentro do sistema cooperativo, conforme as tabelas que serão apresentadas a seguir.

Se relacionados os exemplos apenas do cheque especial e dos empréstimos nas maiores instituições bancárias brasileiras *versus* as taxas cobradas pelas cooperativas analisadas, torna-se notório que os bancos trabalharam com valores superiores comparados aos das Cooperativas e estas, além de trabalharem no seu conjunto, de forma geral com valores inferiores, também se distinguem, quanto às taxas cobradas, de acordo com suas políticas internas estabelecidas, conforme tabelas 6 e 7 abaixo:

Taxas de juros médias (a.a.)	Bancos comerciais	Credcrea	Crediflesc	Credelesc
Cheque especial (%) 2009	134,01	59,92	69,59	42,58
Empréstimos (%) 2009	55,15	26,38	28,63	26,82
Cheque especial (%) 2010	163,78	75,52	78,56	42,58
Empréstimos (%) 2010	55,75	24,16	27,42	27,12
Cheque especial (%) 2011	184,42	72,33	96,71	49,19
Empréstimos (%) 2011	57,04	25,05	30,45	24,75

Tabela 6 - Comparação das taxas de juros cobradas: bancos X cooperativas 2009-2011

Fonte: Relatórios Anuais.

Elaboração: Autor.

Diferença taxas de juros médias (a.a.)	Credcrea X Bancos	Crediflesc X Bancos	Credelesc X Bancos
Cheque especial (%) 2009	-74,09	-64,42	-91,43
Empréstimos (%) 2009	-28,77	-26,52	-28,33
Cheque especial (%) 2010	-88,21	-85,22	-121,20

Empréstimos (%) 2010	-31,59	-28,33	-28,63
Cheque especial (%) 2011	- 112,09	- 87,71	- 135,23
Empréstimos (%) 2011	- 31,99	- 26,59	- 32,29

Tabela 7 - Diferença das taxas de juros cobradas: cooperativas x bancos 2009-2011

Fonte: Relatórios Anuais.

Elaboração: Autor.

Ao relacionar os exemplos tarifários, utilizados nos bancos e nas Cooperativas, também é possível verificar uma diferença significativa, a menor, promovida pelas últimas, durante os exercícios contábeis de 2009 a 2011. E entre as Cooperativas analisadas também se percebe uma diferenciação entre as tarifas cobradas por cada instituição, com destaque para a novata Credelesc, conforme tabela 8 abaixo:

Cooperativa	Credcrea			Credifiesc			Credelesc		
Ano Valores (R\$ mil)	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Nº de serviços oferecidos nas cooperativas	46	73	107	26	50	78	06	23	12
Valores tarifados caso realizados nos bancos	638	874	1.135	389	638	826	100	192	157
Valores tarifados nas cooperativas	63	353	496	19	105	156	12	26	26
Valores médios por serviço caso realizados nos bancos	13,87	11,97	10,6	14,96	12,76	10,59	16,67	8,35	13,08
Valores médios por serviço nas cooperativas	1,37	4,83	4,63	1,19	2,1	2,02	2,0	1,13	2,16

Tabela 8 - Comparação das tarifas cobradas: cooperativas x bancos 2009-2011

Fonte: Relatórios Anuais 2011.

Elaboração: Autor.

No que tange aos números que demonstram o crescimento operacional, de crédito e patrimonial, nos exercícios consolidados de 2008 ao de 2011, das instituições analisadas, observa-se que, em números médios relativos, as cooperativas na maioria dos casos apresentam níveis de crescimento anual acima de 50%, conforme tabela 9, a seguir:

Patrimônio Líquido (2008-2011)	Credcrea	Credifiesc	Credelesc
Evolução total R\$ (mil)	5.172	1.212	522
Evolução anual média R\$ (mil)	1.724	404	174
Evolução total (%)	190	145	158
Evolução anual média (%)	63,33	48,3	52,67
Operações de Crédito (2008-2011)	Credcrea	Credifiesc	Credelesc
Evolução total R\$ (mil)	16.802	5.333	2.257
Evolução anual média R\$ (mil)	5.600,7	1.777,67	752,33
Evolução total (%)	229,4	205,6	272,9
Evolução anual média (%)	76,47	68,5	90,97
Ativos Totais (2008-2011)	Credcrea	Credifiesc	Credelesc
Evolução total R\$ (mil)	38.975	8.952	5.474
Evolução anual média R\$ (mil)	12.991,7	2.984	1.824,7
Evolução total (%)	288,5	91,3	227,8
Evolução anual média (%)	96,17	30,43	75,9

Tabela 9 - Evolução do Patrimônio Líquido, das Operações de Crédito e dos Ativos Totais entre as Cooperativas 2008-2011

Fonte: Relatórios Anuais.

Elaboração: Autor.

A partir destas comparações, verifica-se o bom desempenho das três Cooperativas de Crédito Credcrea, Credifiesc e Credelesc frente aos bancos comerciais que disputam com estas o mesmo nicho de mercado.

Se comparado o resultado econômico-social da Credelesc frente suas coirmãs analisadas, e levado em consideração o tempo de funcionamento e os tamanhos das cooperativas estudadas: poder de barganha, aprendizagem, ganhos de escala, verifica-se um bom desempenho da novata, em relação as mais experientes. Também, se comparadas às três Cooperativas no que tange a

participação social, nota-se que, mesmo com índices baixos, a Credelesc se sobressai em relação às demais cooperativas analisadas, ajudando, dessa maneira, no desenvolvimento de seus cooperados e da sociedade, de forma geral.

CAPITULO VI – AS ALTERNATIVAS PARA A CREDELESC

6.1. Acelerando o crescimento econômico e social

Mesmo que se tratando de uma cooperativa integrante do sistema cooperativo tradicional, alguns passos podem ser dados pela Credelesc no intuito de fomentar seu crescimento econômico, visto que, comparada aos bancos comerciais tradicionais, esta ainda continua trazendo consigo sua peculiaridade cooperativa, desenvolvida nos capítulos anteriores.

No que tange ao crescimento estrutural, ou seja, a índices relacionados ao número de cooperados, Patrimônio Líquido, Operações de Crédito, Depósitos Totais e Ativos Totais, algumas medidas podem auxiliar a atingir um melhor desempenho, como investir, gradualmente, na abertura de novos Postos de Atendimento (PACs) em locais ou regiões onde a concentração de trabalhadores da Celesc é maior. Desta forma, a Cooperativa pode atingir um maior número de pessoas, ampliando sua atuação e expandindo sua cobertura, de forma presencial, mantendo assim a centralização dos serviços e fortalecendo, dessa maneira a instituição.

Devido à especificidade operacional da Celesc, novos PACs poderiam ser abertos, primeiramente, na Agência Central de Florianópolis, na Agência Regional de Joinville e também nas Agências Regionais de Tubarão, na de Lages e na de Chapecó. Cabe lembrar que tanto as cooperativas de trabalho em eletrificação rural, quanto os trabalhadores que as constituem podem se tornar cooperados da Credelesc e que, em SC, há 22 cooperativas filiadas à Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina (FECOERUSC). Os recursos para o investimento poderiam vir integralmente das sobras anuais (sobras líquidas mais juros ao capital) e da redução das despesas de intermediação financeira e operacionais, visto que, se tomada como base à comparação do exercício de 2010 ao de 2011, apenas no que se refere às despesas administrativas, por exemplo, estas tiveram um incremento de 46%, de R\$ 286 mil para R\$ 404 mil, enquanto a evolução no número de associados ficou na casa dos 24%.

Outros pontos que poderiam ser melhor trabalhados pela cooperativa são os propostos:

- a) Manter as taxas de juros e as tarifas de serviços com valores inferiores ao praticados nos bancos e nas cooperativas que atuam no mesmo nicho de mercado da Credelesc – principalmente as de outros Sistemas cooperativos – mantendo e ampliando, dessa

forma, a cobertura das despesas totais através das diferenciações de taxas e receitas oriundas de serviços;

- b) Continuar mantendo a rentabilidade do patrimônio líquido – capital social dos cooperados mais reservas da instituição –, no mínimo, equiparado ao da taxa Selic, estimulando, desse modo, tanto os cooperados investidores, como os poupadores;
- c) Diminuir, na medida do possível, os custos fixos relacionados aos ativos totais – recursos totais administrados pela cooperativa;
- d) Ampliar, gradualmente e com qualidade superior, a gama de produtos e serviços oferecidos pela instituição, oferecendo ao cooperado produtos e serviços que este procuraria, comumente, fora da cooperativa;
- e) Melhorar, na medida do possível, os canais de comunicação direta da instituição com o cooperado promovendo, dessa maneira, o atendimento personalizado, com foco na forma presencial, demonstrando os benefícios, tanto coletivos, quanto individuais, que a sua participação efetiva proporciona;
- f) Manter e ampliar, gradualmente, as parcerias em infraestrutura, produtos e serviços, desde que com qualidade para que o cooperado, mesmo distante da cooperativa, possa realizar suas operações financeiras básicas através do autoatendimento.

Desta forma, trabalhando com qualidade e mantendo a economia que o sistema cooperativo traz aos seus cooperados, comparado ao sistema bancário tradicional, a Credelesc pode, cada vez mais, aumentar a participação de seus cooperados na utilização de seus produtos e serviços, atendê-los de forma personalizada, aumentar seu tamanho e fortalecer sua marca singular.

6.2. Intensificar e fortalecer a participação social na Credelesc

Como a Credelesc é uma organização cooperativa, mesmo atuando em um mercado altamente competitivo ancorado nas transações comerciais com ganhos em escala e avidez pelos lucros econômicos, esta traz consigo traços desenhados há mais de um século, resumidos em princípios como: adesão voluntária e livre; participação econômica dos associados; intercooperação; gestão democrática e livre pelos cooperados; autonomia e independência; educação, formação e informação; e interesse pela comunidade.

A partir destas linhas orientadoras de conduta para qualquer cooperativa, tanto a Central Cecred, como as cooperativas singulares que a constituem, incluindo a Credelesc, se orientam e, a partir destes princípios, traçam suas políticas internas institucionais.

Além disso, por estar inserida em um espaço constituído por trabalhadores, ativos e inativos, participantes do movimento operário – nos mais diferentes graus – através, sobretudo, do sindicalismo presente na Celesc, a Credelesc tende a se destacar das demais no que se refere à participação social de seus cooperados.

Por isso, algumas sugestões podem ser apontadas a fim de fomentar as ações que a Cooperativa pode tomar no intuito de ampliar seu quadro social e de intensificar e fortalecer a participação dos seus membros e da comunidade à qual estes estão inseridos.

A princípio, a instituição poderia intensificar suas ações educativas e de formação, reforçando o auxílio oferecido pelas já associadas entidades sindicais, pelas entidades de classe, pelas associações e pela Fundação CELOS que, além de participarem no papel de cooperadas, podem, de um lado, oferecer tanto um maior apoio logístico, técnico e financeiro capaz de subsidiar atividades promovidas pela cooperativa, como podem, de outro lado, oferecer maior apoio político, servindo de parceiras nas atividades, visto que, na maioria das vezes o cooperado tem vínculos com mais de uma das instituições apontadas anteriormente. Também, tais instituições podem, sempre que possível e oportuno, ajudar na divulgação da Cooperativa, transferindo a confiança depositada nelas para a Cooperativa. Pelo lado da Credelesc, esta pode ampliar os recursos destinados ao FATES ou criar outro fundo para tal destinação, desde que sejam aprovados pela Assembleia Geral.

Quanto à comunicação entre entidade e associados, esta deve preferivelmente ser presencial, envolvendo, principalmente, a própria direção – formando uma comissão de comunicação. Este tipo de comunicação poderá acontecer via informativos periódicos e/ou por visitas marcadas – reuniões – periódicas aos PACs, para obter junto ao cooperado informações pertinentes e essenciais à instituição, ou seja, coletar subsídios com os próprios membros, criando laços de confiança e respeito.

Outro ponto muito importante para a Credelesc é o de criar, via recursos próprios e/ou parcerias, ações formativas e educacionais que vão além das propostas trazidas pela Central Cecred, pois das três Cooperativas anteriormente analisadas, no ano de 2011, somente a Credcrea realizou eventos fora dos eixos temáticos básicos – Educação Cooperativista, Educação Financeira e Qualidade de Vida – porém, dos outros dois temas abordados, um deles também foi

sugerido pela Central, conforme pesquisa nos Relatórios Anuais 2011 de todas as cooperativas que formam o Sistema.

Agindo dessa maneira as cooperativas, de forma geral, tiram dos associados à decisão de escolha espontânea e de envolvimento com as ações educativas e formativas estimulando nestes um sentimento contrário ao do voluntariado, ou seja, um sentimento de não envolvimento, de não comprometimento, de desmotivação, que se fomentado, torna-se uma cultura que se expande para a comunidade.

Para reverter este quadro e transformar os associados em membros verdadeiramente atuantes é necessário estimulá-los, não apenas a sugerir os temas, mas gradualmente, envolvê-los tanto no planejamento, na organização, como na sua execução, de forma direta ou indireta, extravasando os assuntos para a comunidade. Também é importante, para dar volume a este movimento, estimular o envolvimento das famílias dos cooperados, dos trabalhadores e dos dirigentes da Cooperativa, não apenas nos assuntos pertinentes à instituição, mas a temas e ações da comunidade onde estes vivem.

Além disso, é importante salientar a ênfase nas ações educativas e de formação, com foco no aprimoramento de dirigentes e trabalhadores, que necessitam, não apenas de capacitação técnica contínua, a fim de enfrentar as dificuldades diárias exigidas por estarem à frente do negócio cooperativo, mas da imprescindível formação e o aprimoramento filosófico e histórico a fim de, por um lado, manter a instituição politicamente orientada por todos os princípios norteadores do cooperativismo, como o de tornar a comunicação entre direção e cooperado eficiente e com propriedade. Neste aspecto, torna-se essencial identificar e incluir nestas ações as novas lideranças, para que as mesmas, ao chegarem à direção, tenham capacidade política e técnica para manter a instituição coerente ao Sistema que pertence.

Cabe ressaltar ainda a importância dos trabalhadores, e não só “colaboradores”, da instituição, pois estes têm papel fundamental dentro da organização, não apenas por também serem cooperados, mas por trabalharem em prol do desenvolvimento da instituição estas pessoas necessitam de treinamento e formação contínua, técnica e política, a fim de exercerem seu trabalho de forma responsável e eficiente e merecem ser valorizadas, profissionalmente e financeiramente, pois dependem de seu trabalho assim como a maioria dos cooperados da Credelesc depende ou já dependeu. Para estes profissionais, é necessário que o respeito dos

cooperados e da Cooperativa seja direcionado também para a sua categoria, traduzindo-se em um bom relacionamento com seu sindicato, sendo justo e honesto frente suas reivindicações.

Quanto às Assembleias e comissões decisórias, é importante que estas não tenham um caráter muito rígido, formal e técnico, para que o associado, participante da mesma, possa entender todos os pontos mencionados, interagir com a direção, suggestionar e criticar, ou seja, possa se envolver com a Cooperativa, criando dessa forma uma cultura participativa. E quanto à prestação de contas e ao Relatório Anual, devem ser claros, com periodicidade pequena – balanços, no mínimo, semestrais – para que o cooperado possa acompanhar a evolução da instituição, econômica e social, devendo conter, mesmo que seu formato seja padronizado pela Central, textos explicativos que revelem a opinião institucional da Cooperativa singular em questão.

Desta forma, unindo as ações já realizadas com as apontadas acima, é possível que a Credelesc se torne uma referência, não só dentro das cooperativas que formam o Sistema Cecred, mas em todo o Estado de Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Credelesc, mesmo tendo sido estruturada e desenvolvida com concepções ideológicas, legais e institucionais baseadas sobre uma “cultura bancária”, ou seja, por referenciar sua conduta no que diz Fábio Búrigo (2006) a uma “lógica de profissionalização gerencial e concentração de recursos visando ganhos de escala”, ou seja, que mesmo se enquadrando no rol das cooperativas tradicionais, que são mais vulneráveis à massificação institucional, a Credelesc traz consigo linhas de conduta forjadas há mais de um século pela determinação de homens e mulheres que depositaram neste movimento, assim como depositaram no movimento sindical, seus sonhos e esperanças na formação de um mundo melhor, frente a um sistema extremamente contraditório e desigual, como foi e ainda é o sistema capitalista.

Por isso, esta investigação foi direcionada para estudar as condicionantes que atuaram e atuam sobre a Credelesc, uma cooperativa fundada e desenvolvida em um espaço que sofre diariamente a influência do sindicalismo, do movimento operário.

Neste íterim, por meio do resgate histórico, político e econômico, não só da gênese do cooperativismo, em especial, de crédito, mas principalmente da gênese do movimento operário traduzido pelo sindicalismo mundial e brasileiro até a atualidade, foi possível perceber os esforços empreendidos, nos diferentes momentos da história, pelos dois movimentos, relacioná-los e visualizar como estes estão se comportando nos dias de hoje.

Por outro lado, pela caracterização legal e filosófica, *a priori*, sobre os dois sistemas, o cooperativo de crédito e o bancário comercial tradicional e, posteriormente, diferenciando-os um do outro foi possível situar a Credelesc no espaço institucional nacional ao qual esta faz parte, observando suas nuances e seu nicho de atuação política econômica, entendendo as diferenças mais marcantes entre ela e suas concorrentes bancárias. Posteriormente, por definir o espaço de atuação institucional regional da Credelesc, ou seja, por caracterizar o Sistema Cecred, pode-se perceber o suporte organizacional pelo qual esta é beneficiada, como os limites institucionais regionais dos quais ela é, de certa forma, prisioneira.

Na abordagem e análise da Cooperativa, individual e comparativa, foi possibilitada, tanto uma visão econômica como política dos rumos que a Cooperativa trilhou, de como ela está

evoluindo e os caminhos que ela tende a seguir, permanecendo as mesmas condicionantes, internas e externas.

Por fim, ao sugerir os passos que a Cooperativa pode dar, às vezes melhorando os que já estão de certa forma sendo executados, outras vezes colocando como novidade e alternativa, foi possível alertar, através deste trabalho, para prováveis erros de percurso, mas sobretudo, auxiliar na construção de uma entidade com o formato de cooperativa do sistema tradicional, porém com ações que vão além deste, quiçá se aproximando do cooperativismo de crédito solidário.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-45. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

ABREU, M. P. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-64. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

ALMEIDA, José Maria de. **Os Sindicatos e a Luta Contra a Burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Projeto editorial Práxis, 2003, 360p.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Democratização do Crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. Brasília: Bacen, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1997.

BACEN (2012). BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é uma cooperativa de crédito? Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?COOPERATIVASFAQ> Acesso em: 03 de set. de 2012.

BATALHA, Wilson de Souza Campos; BATALHA, Marina Labate. **Sindicatos e Sindicalismo**. São Paulo: LTr, 1994.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-norma-pe.html>. Acesso em: 03 de dez. de 2011.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativistas, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 03 de set. de 2012.

BÚRIGO, Fabio Luiz. **Cooperativa de Crédito Rural**: Agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argus/Unochapeco, 2007.

BÚRIGO, Fabio Luiz. **Finanças e Solidariedade**: Uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis, 2006. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e Esperança: 1974-80. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

CECRED (2012). COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO. Disponível em: <http://cecred.coop.br>. Acesso em: 16 de out. 2012.

CELESC (2012). CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. Disponível em: <http://novoportal.celesc.com.br/portal/> Acesso em 15 de out. 2012.

CONFEBRÁS (2012). CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO. Disponível em: <http://confefbras.com.br/> Acesso em 26 de set. 2012.

CREDCREA (2012). COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DO CREA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://credcrea.coop.br>. Acesso em 14 de dez. 2012.

CREDELESC (2012). COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://credelesc.coop.br>. Acesso em 16 de out. 2012.

CREDIFIESC (2012). COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DO SISTEMA FIESC. Disponível em: <http://credifiesc.coop.br>. Acesso em 15 de dez. 2012.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930/1980**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 339p.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FEBRABAN (2012). FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. Disponível em: <http://www.febraban.org.br>. Acesso em 15 de nov. 2012.

FECOERUSC (2012). FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ENERGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://www.fecoerusc.org.br>. Acesso em 27 de jan. 2013.

GENNARI, Emilio. **Sindicato e organização de base: história, dilemas e desafios**. São Paulo, 2008, Mimeo.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografia**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

INTERCEL (2006). INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA. **Eletricitários Catarinenses: a trajetória de 40 anos de contrato coletivo de trabalho na CELESC - INTERCEL**. Florianópolis, 2006.

KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e Ensino à Distância**. Florianópolis, 2005. 270 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://www.ici.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo12/Cooperativismo_Hist%F3rico.pdf. Acesso em 05 jun. 2011.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.

LESSA, Carlos. **A Proposta de uma Estratégia de Desenvolvimento, 1975/79**. 2 ed.. Campinas, SP: UNICAMP-IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP).

LOREDO DE SOUZA, João Batista. MEINEN, Enio. **Cooperativas de Crédito: gestão eficaz – conceitos e praticas para uma administração de sucesso**. Brasília: Gráfica Coronário, 2010.

MARINGA MANAGEMENT (2005). Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. **Revista de Ciências Empresariais**, v. 2, n.1, p. 7-19, jan. /jun. 2005.

- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
- _____. **Salário, Preço e Lucro**. 5. Ed.. São Paulo: Global, 1987.
- _____. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 8. Ed.. São Paulo: Global, 1988.
- MODIANO, Eduardo. A Opera dos Três Cruzados: 1985-89. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990. cap. 13.
- OCB (2012). ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/index.asp>. Acesso em: 26 out. 2012.
- OCESC (2012). SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://www.ocesc.org.br/> Acesso em: 20 de set. 2012.
- PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito: organização e políticas corporativas**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.
- PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 5 ed. Brasília: Bacen, 2008.
- PORTAL (2012). PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Disponível em: <http://www.cooperativismodecredito.com.br/>. Acesso em 28 de set. 2012.
- RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-67. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990. cap. 09.
- SAMPAIO, M. M. **Da privatização ao apagão**. Florianópolis: Insular, 2001.
- SANTOS, João Carlos de los. **Os 25 anos da retomada do cooperativismo de crédito no Brasil**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.
- SEBRAE. **Cooperativas de Crédito**. Brasília, 2009.
- SILVA, Vanessa de Cillos; BACHA, Carlos José Caetano. **Análise do Funcionamento e da Evolução das Cooperativas de Crédito Rural no Brasil de 1990 a 2005**. Pesquisa & Debate, SP, volume 18, número 2 (32), 2007, p. 197-222.
- TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. **Mercado de capitais brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora Thomson, 2006.
- TROTSKI, L. – **Escritos Sobre Sindicato**. São Paulo: Kairós, 1978.
- VIZENTINI, P. G. F. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995.